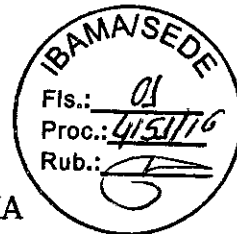




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência



SOL. PROC. 02001.004253/2016-43 GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA

Brasília, 23 de agosto de 2016

Ao Chefe da DICAD

Assunto: (COD. 011) - COMISSÕES, CONSELHOS, GRUPOS DE TRABALHO, JUNTAS, COMITÊS - (4 ano(s))

Solicitamos a abertura de processo, referente a(o) MEM. 02001.012070/2016-00 de 22/08/2016 que tem como interessado(a) Gabinete da Presidência. Após abertura, tramitar o processo para o Gabinete da Presidência.

Atenciosamente,

RUBENS BATISTA DOS SANTOS
Técnico Administrativo do GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA

EMBRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Gabinete da Presidência

MEM. 02001.012070/2016-00 GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA



Brasília, 22 de agosto de 2016

À Senhora Chefe de Divisão da DICAD

Assunto: **CT - Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais**

Solicito abertura de processo, conforme especificação abaixo:

Interessado: Gabinete da Presidência

Assunto: CT - Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais

Atenciosamente,



GUSTAVO MÜLLER DE PODESTA
Chefe de Gabinete do IBAMA

EMBRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
PRESIDÊNCIA

Setor Bancário Sul, Quadra 02, Lote 14, Edifício Cleto Meireles - 13º Andar - CEP 70070-120 - Brasília-DF.
Fone: (61) 3247-6013/6014 - e-mail: presidencia@funai.gov.br

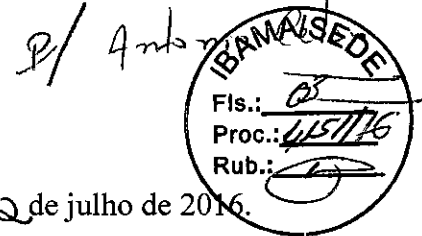
Ofício nº 572/2016/PRES/FUNAI-MJ

FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo



08620.127616/2015-26

URGENTE



Brasília, 22 de julho de 2016.

A Sua Senhoria a Senhora
SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO
Presidente do Ibama
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama
70818-900 Brasília - DF

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo	880
Nº. 02001.013	880/2016-75
Recebido em:	29/7/2016
Assinatura	<i>Wmuller</i>

Assunto: **Resposta ao OF 02001.007951/2016-09 Gabinete da Presidência/IBAMA - Câmara Técnica Indígena - Comitê Interfederativo - TTAC.**

1. Cumprimentando Vossa Senhoria, sirvo-me do presente para abordar alguns pontos relativos ao tratamento das questões indígenas no âmbito da institucionalidade decorrente do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado no passado mês de março entre órgãos e entidades da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

2. De início, indico que as tratativas interinstitucionais que se façam necessárias no contexto do TTAC e do Comitê Interfederativo (CIF) por ele instituído deve ter como ponto focal, por parte desta Fundação Nacional do Índio - Funai, o Coordenador Regional que a representa nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com acompanhamento, em Brasília, da responsável pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável:

Thiago Henrique Fiorott
Coordenador Regional - MG/ ES
Rua Israel Pinheiro, 1696, Bairro Esplanada.
35.020-220 - Governador Valadares/ MG
Tel: (33) 3212.2550
e-mail: cr.mg_es@funai.gov.br

Patrícia Chagas Neves
Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - Substituta
Setor Bancário Sul, Qd. 02, Lt. 14, Ed. Cleto Meireles - 6º Andar
70070-120 - Brasília-DF
Tel.: (61) 3247-6801
e-mail: dpds@funai.gov.br

3. Relativamente à composição da Câmara Técnica intitulada “Indígena e povos e comunidades tradicionais”, nos termos da Deliberação nº 07 do Comitê Interfederativo, de 11 de julho de 2016, observo que as atribuições institucionais da Funai restringem-se aos indígenas, não alcançando os demais povos e comunidades tradicionais. Por essa razão, bem como por coerência com os próprios desenvolvimentos associados ao TTAC, em que os dois públicos merecem Programas específicos e distintos entre si, com tratamentos por parte das empresas que guardam consideráveis singularidades, seria mais indicado que a Funai assumisse a coordenação de instância responsável pelo acompanhamento apenas do Programa afeto aos povos indígenas. Alternativamente, pode-se pensar na possibilidade de que a coordenação seja exercida por representante da Secretaria de Governo ou da Casa Civil, tocando à Funai uma das duas suplências previstas no Parágrafo único do Art. 14 da Deliberação nº 07.

4. No que diz respeito à participação indígena no Conselho Consultivo da Fundação privada que, conforme o TTAC, devem as empresas constituir, é preciso ponderar que nele merecem estar representados não apenas os Krenak, mas também os Tupiniquim e Guarani habitantes da região próxima à foz do Rio Doce, no Espírito Santo. Se é cabível que se busque entendimento com os indígenas, a fim de que eventual representante único dê conta de repassar informações e consolidar demandas dos diferentes grupos, essa é tarefa que requer investimento de tempo e de recursos para promoção do diálogo entre servidores de órgãos públicos e habitantes de distintas localidades.

5. Por oportuno, registro que a previsão de que órgãos do governo federal com gastos excepcionais em decorrência do rompimento da barragem de Fundão sejam ressarcidos pelas empresas não contemplou, até o presente momento, a Funai. Trata-se de situação para a qual se requer a atenção do CIF, sobretudo se houver expectativa de que o órgão indigenista arque, adicionalmente, com deslocamentos de servidores e indígenas para reuniões das instâncias de governança do TTAC.

6. Sendo o que tinha a expor, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



ARTUR NOBRE MENDES
Presidente Substituto



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e 61) 3316-1001 at 1003
www.ibama.gov.br



OF 02001.007951/2016-09 GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA

Brasília, 19 de julho de 2016.

Ao Senhor
ARTUR NOBRE MENDES
Presidente Substituto da Fundação Nacional do Índio
SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70070120

Assunto: Instalação de Câmara Técnica

Senhor Presidente Substituto,


1. Cumprimos-o, faço referência ao Comitê Interfederativo criado através do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta-TTAC- celebrado entre órgãos e entidades da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as Empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda no bojo dos autos judiciais nº 69758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que visa à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de fundão, localizada no complexo minerário de Germano, em Mariana-MG, ocorrido em 05 de novembro de 2015.
2. Em reunião ordinária do Comitê, realizada no dia 11/07/2016, foi expedida a deliberação nº 07, que institui em seu Inciso X a Câmara Técnica Indígena, Povos e Comunidades Tradicionais, que deverá subsidiar o Comitê Interfederativo nos encaminhamento e deliberações no âmbito do Acordo que possuam relação com o tema.
3. Nesse sentido, e considerando as competências institucionais desse Órgão, solicitamos a Funai instaure e coordene a Câmara Técnica Indígena, Povos e Comunidades Tradicionais, e que após instauração encaminhe ao IBAMA por meio de Ofício os nomes dos representantes dessa Fundação, informando os respectivos cargos e dados de contato.
4. Coloco a vossa disposição a Sra. Aline Rezende Peixoto, responsável pela



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e 61) 3316-1001 at 1003
www.ibama.gov.br

Secretaria Executiva do Comitê Interfederativo, para prestar as orientações necessárias e demais esclarecimento que se fizerem necessários, por meio dos números (61) 3035-3450 ou 3035-3404 ou pelo e-mail arezendepaixoto@gmail.com.

Atenciosamente,

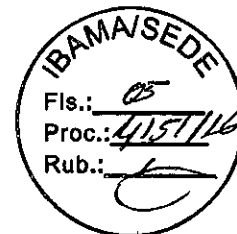

SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO
Presidente do IBAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA



Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Executiva
Palácio do Planalto, Sala 428
70150-900 Brasília – DF
Tel.: (61) 3411-1054

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	OF
Nº. 02001.014	020 / 2016 59
Recebido em:	1/8/2016
Assinatura	



Ofício nº 206 /2016-SNAS/SG-PR

Brasília, 29 de julho de 2016.

À Senhora

SUELY ARAÚJO

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 ED. Sede do Ibama – Brasília - DF
70818-900

Assunto: Indicação de Membros para as Câmaras Técnicas VIII – Comunicação, participação, diálogo e controle social e X – Indígena e povos e comunidades tradicionais, do Comitê Interfederativo.

Senhora Presidente,

Em resposta a Deliberação nº 7, de 11/07/2016, emitida pelo Comitê, referente à necessidade de indicação dos membros representantes da Secretaria de Governo da Presidência da República nas câmaras técnicas previstas pelo TTAC, no prazo de 15 dias a contar da data da aprovação da citada deliberação, informamos os representantes desta secretaria para as referidas câmaras técnicas, como segue:

Para a CT VIII - Comunicação, participação, diálogo e controle social:

Coordenador – JOÃO MENDES DA ROCHA NETO

Diretor do Departamento de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Articulação Social

Membro – LUCIANO DE OLIVEIRA GONÇALVES

Assessor no Departamento de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Articulação Social

EMBRANCO

Para a CT X - Indígena e povos e comunidades tradicionais:



1º Suplente – CESAR AUGUSTO BALDI

Assessor do Departamento de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Articulação Social

Membro – LEA ROCCHI SALES

Assessora no Departamento de Diálogos Sociais da Secretaria Nacional de Articulação Social

Atenciosamente,


IVANI DOS SANTOS
Secretária-Executiva

EMBRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência

DESPACHO 02001.017762/2016-36 GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA



Brasília, 02 de agosto de 2016

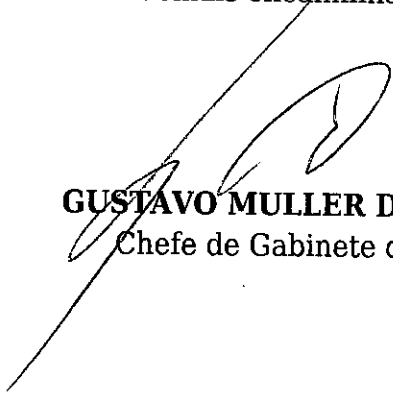
Ao Gabinete - Df

Assunto: **Ofício nº 206/2016-SNAS/SG-PR. Indicação de Membros para as Câmaras Técnicas VIII - Comunicação, participação, diálogo e controle social e X - Indígena e povos e comunidades tradicionais, do Comitê Interfederativo.**


REFERENCIA: OF 02001.014020/2016-59/PR

Interessado: Presidência da República - Secretaria Executiva.

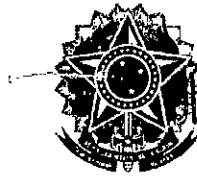
Para conhecimento e demais encaminhamentos.


GUSTAVO MULLER DE PODESTA
Chefe de Gabinete do IBAMA

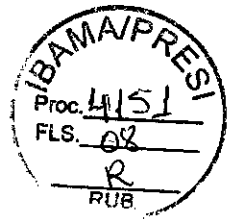
IBAMA / Unidade 02001
CONFERIDO
Processo autuado com 07 peça(s)
Às _____ horas
Data 23/08/16
.. Servidor


Luciana dos Santos Oliveira
Chefe da Divisão de Comunicação
Administrativa

EM BRAND



DIGITALIZADO NO IBAMA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil
Praça dos Três Poderes – Palácio do Planalto
4º andar – Sala 410/412 - 70150-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-1212/1222

08.09.2016

00042.000258/2016-95

42

Ofício nº 237 /SAM-C.Civil/PR

Brasília, 06 de setembro de 2016.

A Sua Excelência a Senhora

SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede
70.818-900 - Brasília – DF

Assunto: Indicação de representantes para a Câmara Técnica de Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais

Senhora Presidente,

De ordem, indico como representantes desta Pasta na Câmara Técnica de Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais do Comitê Interfederativo descrito no Termo de Transição e de Ajustamento de Conduta sobre o desastre de Mariana/MG, as servidoras:

Isabele Villwock Bachtold

Cargo: Analista de Políticas Sociais

E-mail: isabele.bachtold@presidencia.gov.br

Telefone: (61) 3411-3422

Kelvia de Assunção Ferreira Barros

Cargo: Assistente/Analista de Políticas Sociais

E-mail: kelvia.assuncao@presidencia.gov.br

Telefone: (61) 3411-2980

Atenciosamente,

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Subchefe de Articulação e Monitoramento
Casa Civil da Presidência da República

EMBRANCO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL
GABINETE DA SECRETÁRIA-ADJUNTA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo
Nº. 02001. 0 21
Recebido em: 20/11/2016
Proc. 151
FLS. 09
Assinatura
RUB.

OF.GAB.SEC.ADJ. N.º 0570/16

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2016.

Senhora Presidente:

DIGITALIZADO NO IBAMA

Com os meus cumprimentos, encaminho a V. Exa., anexo, nomes e contatos de representantes do Governo de Minas Gerais para serem incluídos como membros junto às Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo.

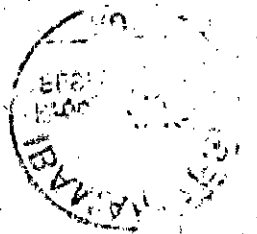
Na oportunidade, coloco-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Izabel Chiodi
Secretária de Estado Adjunta

Ilma. Senhora
Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo
Presidente do Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –
IBAMA
Brasília/MG

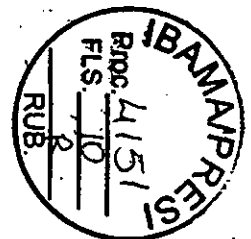
EM BRANCO





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL
GABINETE DA SECRETÁRIA-ADJUNTA

Câmara Técnica	Entidades do Gov de MG participando formalmente	Órgãos para Inclusão	Representantes	E-mail	Telefone
Gestão de Resíduos e Segurança Ambiental	SISEMA	CEMIG	João Magno de Moura	joao.moura@cemig.com.br	3506-7769
			Rafael Augusto Fiorine	rafael.fiorine@cemig.com.br	
Restauração Florestal e Produção de Água	SISEMA	CEMIG	João Magno de Moura	joao.moura@cemig.com.br	3506-7769
			Rafael Augusto Fiorine	rafael.fiorine@cemig.com.br	
		COPASA	Nelson Cunha Guimarães	nelson.gulmarges@copasa.com.br	3250-2091
			João Bosco Senra	joao.senra@copasa.com.br	3250-2029
		SEDA	Pedro Moreira	pedro.moreira@agrario.mg.gov.br	3915-9645
			Marcela Costa	marcela.costa@agrario.mg.gov.br	3915-9647
		SEAPA	Juneval dos Santos	juneval.santos@agricultura.mg.gov.br	3915-8556
EMATER	Juliana Pereira da Cunha	juliana.cunha@agricultura.mg.gov.br	3915-8554		
	Ana Cláudia Albanez	adaudia@emater.mg.gov.br	3349-8071		
Conservação e Biodiversidade	SISEMA	CEMIG	João Magno de Moura	joao.moura@cemig.com.br	3506-7769
Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais		Mesa de Diálogo	Romero Wagner do Carmo	romero.carmo@governo.mg.gov.br	99166-9717
			Dalva do Nascimento	dalva.nascimento@direitoshumanos.mg.gov.br	98811-2309
		SEDPAC	João Carlos Pio de Souza	joao.pio@direitoshumanos.mg.gov.br	3916-7996
			Cacique Mezaque		
		SEDA	Vandell dos Santos	vandell.santos@agrario.mg.gov.br	3915-8573
			Paulo Roberto Crispim	paulo.crispim@agrario.mg.gov.br	
		SEE	Maria Coimbra Batista	marina.ferreira@educacao.mg.gov.br	3915-3110
Organização Social e Auxílio Emergencial	SECIR e SEDESE	SEDPAC	Thais Dias de Queiroz	thais.queiros@direitoshumanos.mg.gov.br	
Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social		SEDPAC	Leticia Palma	leticia.palma@direitoshumanos.mg.gov.br	3916-7692
			Rômulo Fernandes	romulo.fernandes@direitoshumanos.mg.gov.br	3916-7983
		Mesa de Diálogo	Leticia Palma	leticia.palma@direitoshumanos.mg.gov.br	3916-7692
			Lígia Maria Alves Pereira	ligia.pereira@planejamento.mg.gov.br	3915-0646
		SEGOV	Ariene Pinto Rodrigues	ariene.rodrigues@planejamento.mg.gov.br	3915-1750
			Neila Batista Afonso	neila.afonso@governo.mg.gov.br	3915-0218
			Leticia Campos	leticia.campos@governo.mg.gov.br	3915-9333

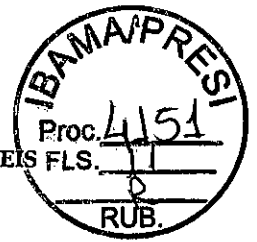


EM BRANC





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e 61) 3316-1001 at 1003
www.ibama.gov.br



OF 02001.007952/2016-45 GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA

Brasília, 19 de julho de 2016.


Ao Senhor
Ricardo Vescovi
Diretor Presidente da Samarco Mineração S.A
MG. 129 , KM.116, 5 CAIXA POSTAL 22
MARIANA - MINAS GERAIS
CEP.: 35420000

Assunto: **Requisição de Informações**

Senhor Diretor Presidente,

1. Cumprimentando-o, e na condição de Presidente do Comitê Interfederativo criado através do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta celebrado no âmbito do processo nº 69758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, requisito que apresente, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data de recebimento deste, relatório contendo **informações sobre execução física e financeira das ações previstas no Acordo já realizadas pela Empresa**, contendo a discriminação detalhada de cada ação e o respectivo recurso investido.
2. Tais informações têm por objetivo demonstrar aos membros do Comitê o atual grau de implementação do Acordo, bem como subsidiar a decisão pela expedição de novas deliberações e encaminhamentos complementares.
3. O documento deve ser protocolado na unidade do Ibama mais próxima, e uma cópia em meio digital deve ser disponibilizado no e-mail presid.sede@ibama.gov.br até o prazo estabelecido.

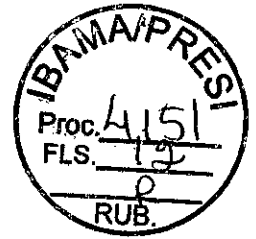
Atenciosamente,


SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO
Presidente do IBAMA

EMBRANCO



MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e 61) 3316-1001 at 1003
www.ibama.gov.br



OF 02001.007951/2016-09 GABINETE DA PRESIDÊNCIA/IBAMA

Brasília, 19 de julho de 2016.

Ao Senhor
ARTUR NOBRE MENDES
Presidente Substituto da Fundação Nacional do Índio
SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70070120

Assunto: **Instalação de Câmara Técnica**

Senhor Presidente Substituto,


1. Cumprimentando-o, faço referência ao Comitê Interfederativo criado através do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta-TTAC- celebrado entre órgãos e entidades da União, dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as Empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda no bojo dos autos judiciais nº 69758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que visa à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de fundão, localizada no complexo minerário de Germano, em Mariana-MG, ocorrido em 05 de novembro de 2015.
2. Em reunião ordinária do Comitê, realizada no dia 11/07/2016, foi expedida a deliberação nº 07, que institui em seu Inciso X a Câmara Técnica Indígena, Povos e Comunidades Tradicionais, que deverá subsidiar o Comitê Interfederativo nos encaminhamento e deliberações no âmbito do Acordo que possuam relação com o tema.
3. Nesse sentido, e considerando as competências institucionais desse Órgão, solicitamos a Funai instaure e coordene a Câmara Técnica Indígena, Povos e Comunidades Tradicionais, e que após instauração encaminhe ao IBAMA por meio de Ofício os nomes dos representantes dessa Fundação, informando os respectivos cargos e dados de contato.
4. Coloco a vossa disposição a Sra. Aline Rezende Peixoto, responsável pela



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e 61) 3316-1001 at 1003
www.ibama.gov.br

Secretaria Executiva do Comitê Interfederativo, para prestar as orientações necessárias e demais esclarecimento que se fizerem necessários, por meio dos números (61) 3035-3450 ou 3035-3404 ou pelo e-mail arezendepeixoto@gmail.com.

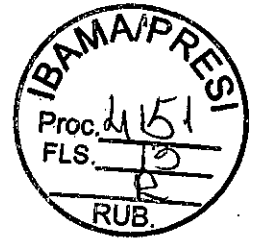
Atenciosamente,


SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO
Presidente do IBAMA

Responder

Encaminhar

Excluir

**RES: RES: pauta da reunião dias 17 e 18 de agosto**

Data: 12-08-2016 (17:46:21 BRT)

De: Thiago Henrique Fiorott

Para: secex.cif.sede@ibama.gov.br | Patricia Chagas Neves | Fernando de Luiz Brito Vianna
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDSCc: Suely M. V. G. de Araújo | Gustavo Muller de Podesta | ALINE PEIXOTO | Antonio.Borges@ibama.gov.br
Marcelo Cruz

Texto (8 KB)

Complementando com o email do indicado: jositupinikim@gmail.com

Thiago Henrique Fiorott
Coordenador Regional
FUNAI/CR/MG-ES
33 3212 8250

De: Thiago Henrique Fiorott

Enviado: sexta-feira, 12 de agosto de 2016 17:32

Para: secex.cif.sede@ibama.gov.br; Patricia Chagas Neves; Fernando de Luiz Brito Vianna; Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP; Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS

Cc: Suely M. V. G. de Araújo; Gustavo Muller de Podesta; ALINE PEIXOTO; Antonio.Borges@ibama.gov.br; Marcelo Cruz

Assunto: RES: RES: pauta da reunião dias 17 e 18 de agosto

Prezados, após consultas as lideranças das etnias Krenak, Tupiniquim e Guarani temos o seguinte:

Os representantes das Tupiniquim e Guarani, das Terras Indígenas Tupiniquim, Caeiras Velhas II, e Comboios decidiram indicar para participar da reunião o indígena GILCIMAR BENEDITO OLIVEIRA, RG 1.797.588-ES, CPF 093.354.547-96 - BANCO ITAU AG 1406 CONTA 25634-5

Os representantes krenak decidiram por nao enviar representante, os motivos serao explicados oportunamente.

Atenciosamente;

Thiago Henrique Fiorott
Coordenador Regional
FUNAI/CR/MG-ES
33 3212 8250

De: secex.cif.sede@ibama.gov.br [secex.cif.sede@ibama.gov.br]

Enviado: sexta-feira, 12 de agosto de 2016 9:07

Para: Thiago Henrique Fiorott

Cc: Suely M. V. G. de Araújo; Gustavo Muller de Podesta; ALINE PEIXOTO; Antonio.Borges@ibama.gov.br; Marcelo Cruz

Assunto: Re: RES: pauta da reunião dias 17 e 18 de agosto

Prezado Thiago,

EMBRANCO

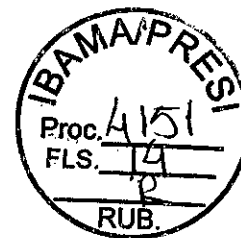
De ordem da presidência do IBAMA, conforme nosso contato telefônico agora cedo, confirmo que o IBAMA aprovou de forma extraordinária o pagamento de até duas passagens para a reunião do CIF nos dias 17 e 18.

Solicito que envie ainda hoje, os dados completos (nome, cpf e rg), data e local de saída e retorno para que o IBAMA possa emitir os bilhetes.

Escreço que para as próximas reuniões o assunto será tratado entre a FUNAI e o MMA.

Att

Antônio Celso J. Borghes
Secretaria Executiva do CIF



Citando secex.cif.sede@ibama.gov.br:

Prezado Thiago,

Embora as reuniões do CIF sejam abertas, a participação e despesas relacionadas a viagens são de responsabilidade dos órgãos aos quais os membros estão vinculados, não havendo previsão de pagamento de despesas de viagem para convidados e eventuais participantes.

No caso específico, se a representação indígena quer participar, as despesas devem correr por conta da FUNAI.

Aproveito para encaminhar o regimento do CIF para conhecimento.

Att

Antônio Celso J. Borges
Secretaria Executiva do CIF

Citando Thiago Henrique Fiorott <thiago.fiorott@funai.gov.br>:

Prezada Aline, venho por meio deste questionar quanto a representacao dos indigenas de MG e ES nesta reuniao?

Ja houve contato com os mesmos para emissao de suas passagens pelo CIF?

Estou a disposicao para auxiliar na interlocucao caso necessario.

Att

Thiago Henrique Fiorott
Coordenador Regional
FUNAI/CR/MG-ES
33 3212 8250
33 99969 5466

De: secex.cif.sede@ibama.gov.br [secex.cif.sede@ibama.gov.br]

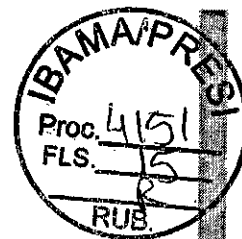
Enviado: quarta-feira, 3 de agosto de 2016 11:43

Para: Ana Alice Biedzicki de Marques - Dbflo; Albertone.pereira@iema.es.gov.br;

EMBRANCO

. albertone.pereira@gmail.com; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Duarte Eustaquio; edvalantoniosantana@gmail.com Edval Antonio Santana; Edval Santana; gabinete.agenda@valadares.mg.gov.br; gabinete@mariana.mg.gov.br; germano.vieira@meioambiente.mg.gov.br; Gisela Damm Forattini; gm@mma.gov.br; João Carlos Coser; Marcelo Marcelino de Oliveira; Mariana Barbosa Cirne; Prefeitura de Colatina; renato.vieira@agu.gov.br; Suely M. V. G. de Araújo; vicente.andreu@ana.gov.br; andresocratesteixeir; Ana Paula Leite Prates; Leonardo Deptulski; Janine Mello dos Santos; Isadora Louzada Hugueneq Lacava Delmont; Thiago Henrique Fiorott; Secretario Semad; PRESID - SEDE; secretaria@sedurb.es.gov.br; gabinete@seama.es.gov.br; breno.longobucco@urbano.mg.gov.br; MARCELO BELISARIO CAMPOS; Fernanda Pirillo; conjur@mma.gov.br; luiz.pavan@pge.es.gov.br; ronaldo.gallo@agu.gov.br; Rodrigo Lubiana Zanotti; luciano.goncalves@presidencia.gov.br; Zuleika Stela Chiacchio Torquetti

Assunto: pauta da reunião dias 17 e 18 de agosto



Prezados,

encaminho minuta de pauta para a próxima reunião ordinária, marcada para os dias 17 e 18 de agosto.

Peço a colaboração dos membros, lembrando que se houver nota técnica a ser deliberada deve ser encaminhada conjuntamente minuta de deliberação.

Minuta de Pauta:

- Definição das ações emergenciais;
- Apresentação das Câmaras Técnicas com seus coordenadores e entidades participativas para atualização;
- Estabelecimento de cronograma para as reuniões das Câmaras Técnicas;
- Portarias instituindo as Câmaras Técnicas;
- Apresentação da prestação de contas da Samarco com os dados atualizados, encaminhando os trabalhos da Auditoria Interna;

Local: Agência Nacional de Águas - ANA
Setor Policial, área 5, Quadra 3, Sala de Vidro, Bloco M.
Brasília-DF CEP: 70610-200
Hora: início as 10h

Atenciosamente
Secretaria Executiva CIF.

EMBRANCO

Brasília, 26 de agosto de 2016.

Ofício nº 064/2016/ABA/PRES

Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal – MPF

Exmo. Sr. Dr. Luciano Mariz Maia
Coordenador
6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF

Exmo. Sr. Dr. Mario José Gisi
Coordenador
4ª Câmara de Coordenação e Revisão/CCR – PGR/MPF

Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública-Geral da União

Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski
Presidente
Conselho Nacional de Justiça

Exmo. Sr. Claudio Pacheco Prates Lamachia
Presidente
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Exmo. Sr. João Carlos Siqueira
Presidente
Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados - CDHM

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável
Organização das Nações Unidas

Ao Sr. Peter Poschen
Diretor
Organização Internacional do Trabalho - OIT

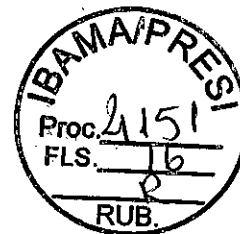
Exmo. Sr. Eliseu Padilha
Ministro
Casa Civil

Exma. Sra. Kátia Bogéa
Presidente
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Exma. Srª Suely Araújo
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Presi

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento -Tipo: <i>OF.</i>	
Nº. 02001. 015	<i>932/2016-48</i>
Recebido em: <i>30/8/2016</i>	
<i>W. M. M. L.</i>	
Assinatura	



EM BRANCO

Exmo. Sr. Artur Nobre Mendes
Presidente
Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Exmo. Sr. Leonardo Goes Silva
Presidente
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Exmo. Sr. Fernando Coelho Filho
Ministro
Ministério de Minas e Energia - MME

Exmo. Sr. Erivaldo Oliveira da Silva
Presidente
Fundação Cultural Palmares - FCP

Exmo. Sr. Helder Zahluth Barbalho
Ministro
Ministério da Integração Nacional - MI

Exmo. Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira
Presidente
Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI

Ao Sr. Leonardo Nunes Barros
Coordenador Geral
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT

Ao Sr. Denildo Rodrigues de Moraes
Coordenador Nacional
Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Prezado/a Senhor/a.

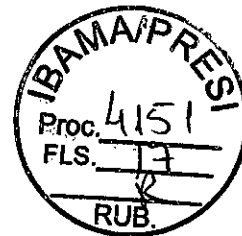
A Associação Brasileira de Antropologia - ABA realizou em João Pessoa/PB, de 03 a 06 de agosto de 2016, a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, que contou com a presença de cerca de 2.000 participantes. No encerramento da reunião ocorreu a Assembleia Geral Ordinária onde se aprovou a *Moção pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam*, que encaminhamos em anexo.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

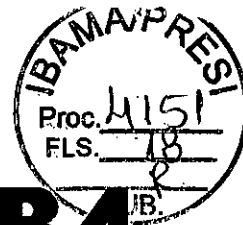
Atenciosamente.



Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da ABA (Gestão 2015/2016)



EM BRANCO

**ABA**

Associação Brasileira de Antropologia

Moção pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam

Os Povos Indígenas, as comunidades dos quilombos e os povos e comunidades tradicionais têm vivenciado uma série de impactos provocados por interesses e agentes desenvolvimentistas sobre seus territórios e modos de vida, tais como: grandes obras e empreendimentos, hidrelétricas, mineração, agronegócio/monoculturas, criação de unidades de conservação de proteção integral em sobreposição aos territórios, dentre outros. Tais conflitos têm sido agravados pelos entraves políticos e burocrático-administrativos, pela falta de aplicação de dispositivos constitucionais, por pareceres emitidos pelos órgãos competentes nos processos de licenciamento. A tendência é que este cenário se amplie, devido à flexibilização do licenciamento ambiental, haja visto a PEC 65/2012, aprovada em abril de 2016 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; a discussão acerca do Novo Código da Mineração proposto pelo Ministério das Minas e Energia; o Projeto de Lei 654/2015 em tramitação no Senado Federal; entre outros projetos de lei em níveis estaduais. Cabe ressaltar a necessidade de cumprimento do que estabelece a Convenção 169 (OIT) quanto à consulta prévia, livre e informada às comunidades que podem ser ou foram afetadas, assegurando o direito a VETO. A retomada do processo de regulamentação do artigo 6º da Convenção 169 da OIT deve ser levada a cabo, inclusive considerando os protocolos de consulta já elaborados pelos povos indígenas, comunidades dos quilombos e povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, exigimos o cumprimento da legislação pertinente, com fiscalização desde o planejamento, construção e operação de obras desenvolvimentistas, no sentido de se evitar maiores riscos aos povos e comunidades tradicionais, seus territórios e seus modos de vida.

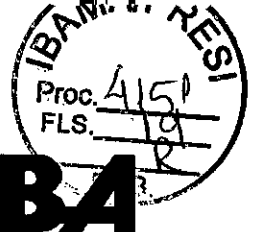
Destinatários: Procuradoria Geral da República, 6ª e 4ª Câmaras de Coordenação e Revisão da PGR, Procuradorias da República nos estados, Defensoria Pública da União, Defensorias Públicas da União nos estados, Ministérios Públicos Estaduais, Conselho Nacional de Justiça, OAB, Comissões de Direitos Humanos, para Eliminação da Discriminação Racial, e para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, OIT, Casa Civil da Presidência da República, IPHAN, IBAMA, FUNAI, INCRA, MME, FCP e MI, CNPI, CNPCT, CONAQ.

Aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia, realizada durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, no dia 6/08/2016.

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.portal.abant.org.br

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA



ABA

Associação Brasileira de Antropologia

Brasília, 26 de agosto de 2016.

Presi

Ofício nº 066/2016/ABA/PRES

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo: <i>OF</i>	
Nº. 02001. 015 <i>986/2016-11</i>	
Recebido em: 31/8/2016	
<i>[Assinatura]</i>	
Assinatura	

Exmo. Sr. Dr. Mario José Gisi
Coordenador

4ª Câmara de Coordenação e Revisão/CCR – PGR/MPF

Exmo. Sr. Dr. Luciano Mariz Maia
Coordenador

6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF

Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal – MPF

Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública-Geral da União

Exma. Srª Drª Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública - MG
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Exma. Sra. Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
Procuradora Geral dos Direitos do Cidadão
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – MPF

Ao Exmo. Sr. Fernando Damata Pimentel
Governador
Governo do Estado de Minas Gerais

Exma. Srª Suely Araújo
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Prezado/a Senhor/a,

A Associação Brasileira de Antropologia - ABA realizou em João Pessoa/PB, de 03 a 06 de agosto de 2016, a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, que contou com a presença de cerca

EM BRANCO



ABA

Associação Brasileira de Antropologia

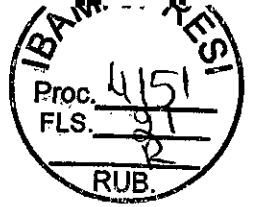
de 2.000 participantes. No encerramento da reunião ocorreu a Assembleia Geral Ordinária onde se aprovou a *Moção desastre ambiental Mariana*, que encaminhamos em anexo.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da ABA (Gestão 2015/2016)

EM BRANCO

**ABA**

Associação Brasileira de Antropologia

Moção desastre ambiental Mariana

Considerando os nove meses de continuidade do maior desastre ambiental do país, produzido pela Samarco em Mariana no Vale do rio Doce, os comitês QUILOMBOS e de POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS da ABA vêm denunciar a ineficácia do Estado em proteger a população e seu meio ambiente e recompor minimamente a vida das vítimas. Registre-se ainda que a população ribeirinha a jusante de Fundão permanece sob risco de novos rompimentos de barragens, inclusive da barragem de Candonga que está retendo cerca de 10 milhões de metros cúbicos da lama. Nesse sentido, exigimos que os órgãos responsáveis tomem as providências cabíveis visando a resolução em definitivo da catástrofe provocada.

Destinatários:

4ª e 6ª Camaras do MPF
Procuradoria Geral da República
Defensoria Pública Federal
Defensoria Pública Estadual de MG
Procurador Geral Direitos do Cidadão
Gov. Estado de Minas Gerais
IBAMA

Aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia, realizada durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, no dia 6/08/2016.

EMBRANCO

Presi



MMA/IBAMA/SEDE/PROTÓCOLO	
Documento - Tipo:	OF.
Nº. 02001. 017	375/2016-08
Recebido em:	21/9/2016
Assinatura	

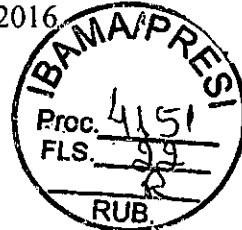
ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

DIGITALIZADO NO IBAMA

OF.GAB.AGE-MG nº 545/16

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2016.

Assunto: Encaminha Ofício nº 066/2016/ABA/PRES



Excelentíssima Senhora Presidente do Comitê Interfederativo,

Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência, o Ofício nº 066/2016/ABA/PRES, em anexo, contendo a Moção Desastre Ambiental Mariana, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia, realizada durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, no dia 06/08/2016.

Na oportunidade, renovo os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR
Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais

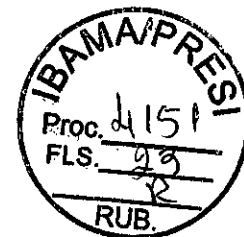
Exmo. Sra.
SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO
Presidente do Comitê Interfederativo
Brasília- DF

Rua Espírito Santo, 495 - Centro - Belo Horizonte / MG - CEP 30160-031
www.advocaciagral.mg.gov.br

EM 100000

Brasília, 26 de agosto de 2016.

Ofício nº 066/2016/ABA/PRES



Exmo. Sr. Dr. Mario José Gisi
Coordenador
4ª Câmara de Coordenação e Revisão/CCR – PGR/MPF

Exmo. Sr. Dr. Luciano Mariz Maia
Coordenador
6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF

Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal – MPF

Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública-Geral da União

Exma. Srª Drª Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública - MG
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Exma. Sra. Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
Procuradora Geral dos Direitos do Cidadão
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – MPF



Ao Exmo. Sr. Fernando Damata Pimentel
Governador
Governo do Estado de Minas Gerais

Exma. Srª Suely Araújo
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Prezado/a Senhor/a,

A Associação Brasileira de Antropologia - ABA realizou em João Pessoa/PB, de 03 a 06 de agosto de 2016, a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, que contou com a presença de cerca

À AGE

Alc Onofre Júnior

Para encaminhamento

Grata

Alcione Comonian
Alcione Comonian 1º/09/2016
Secretária-Geral Adjunta
da Governadoria

À Sec Meio Ambiente

Alc Jairo Isaac

Para conhecimento

Grata

Alcione Comonian
Alcione Comonian 1º/09/2016
Secretária-Geral Adjunta
da Governadoria

SIGED



00002248 1631 2016

Anote abaixo o número do SIPRO

RECEBIDO NA ASSGAB/AGE
Em 06/09/às 15:24
MS
Coordenador de Assessorias
Assessoria do Gabinete/ASSGAB
MASP: 1567308

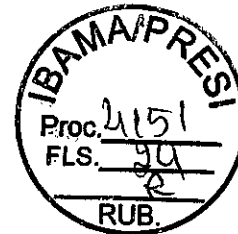
DATA 21/9/16
10
GABINETE DO GOVERNADOR DO
ESTADO DE MINAS GERAIS
PROTOCOLO Nº 10965

ABA

Associação Brasileira de Antropologia

de 2.000 participantes. No encerramento da reunião ocorreu a Assembleia Geral Ordinária onde se aprovou a *Moção desastre ambiental Mariana*, que encaminhamos em anexo.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

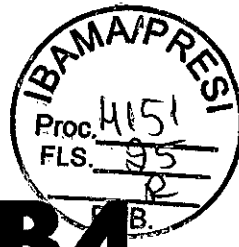


Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Antonio Carlos de Souza Lima".

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da ABA (Gestão 2015/2016)

EM BRANCO

**ABA**

Associação Brasileira de Antropologia

Moção desastre ambiental Mariana

Considerando os nove meses de continuidade do maior desastre ambiental do país, produzido pela Samarco em Mariana no Vale do rio Doce, os comitês QUILOMBOS e de POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS da ABA vêm denunciar a ineficácia do Estado em proteger a população e seu meio ambiente e recompor minimamente a vida das vítimas. Registre-se ainda que a população ribeirinha a jusante de Fundão permanece sob risco de novos rompimentos de barragens, inclusive da barragem de Candonga que está retendo cerca de 10 milhões de metros cúbicos da lama. Nesse sentido, exigimos que os órgãos responsáveis tomem as providências cabíveis visando a resolução em definitivo da catástrofe provocada.

Destinatários:

4ª e 6ª Camaras do MPF
Procuradoria Geral da República
Defensoria Pública Federal
Defensoria Pública Estadual de MG
Procurador Geral Direitos do Cidadão
Gov. Estado de Minas Gerais
IBAMA

Aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia, realizada durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, no dia 6/08/2016.

EMERANCO

Selme Rodrigues(GOVERNADORIA)

De: ABA <aba@abant.org.br>
Enviado em: sexta-feira, 26 de agosto de 2016 15:59
Para: ABA
Assunto: Ofício nº 066 - Encaminhamento Moção 30ª RBA - 5. Desastre ambiental Mariana
Anexos: Ofício nº 066 - Encaminhamento Moção 30ª RBA - 5. Desastre ambiental Mariana.pdf, 5. RevFinal Moção desastre ambiental Mariana.pdf



Ofício nº 066/2016/ABA/PRES

Exmo. Sr. Dr. Mario José Gisi
Coordenador
4ª Câmara de Coordenação e Revisão/CCR – PGR/MPF

Exmo. Sr. Dr. Luciano Mariz Maia
Coordenador
6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF

Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal – MPF

Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública-Geral da União

Exma. Srª Drª Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública - MG
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Exma. Sra. Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
Procuradora Geral dos Direitos do Cidadão
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – MPF

Ao Exmo. Sr. Fernando Damata Pimentel
Governador
Governo do Estado de Minas Gerais

Exma. Srª Suely Araújo
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Prezado/a Senhor/a,

A pedido do Presidente da ABA, Prof. Antonio Carlos de Souza Lima, encaminho em anexo o Ofício nº 066/2016/ABA/PRES, juntamente com o anexo citado.

Informo que tal correspondência seguirá, também, pelos correios.

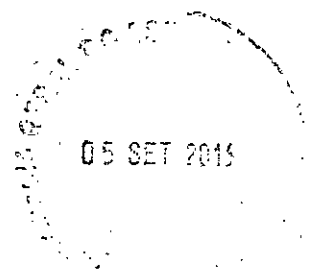
Agradeço nos confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

Carine Lemos
Secretária Administrativa
Associação Brasileira de Antropologia
Tel/Fax: (61) 3307-3754
www.portal.abant.org.br
Caixa Postal 04491
Brasília-DF
70904-970

*exp 1230235
0090674.1080.12016-9*

05/09/2016



A Soc. Meio Ambiente

A/C Jairo Isaac

Para conhecimento

Grata

[Handwritten signature]

31/08/2016
da Governan

AGE

lc Oufre Junior

Para conhecimento

Grata

[Handwritten signature]

31/08/2016

da Governan

SIGED



00002250 1631 2016

Anote abaixo o número do SIPRO

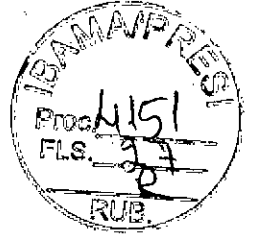
RECEBIDO NA ASSGAB/AGE
Em 05/09/às 15:21
Coordenador do Gabinete/ASSGAB
MASP: 1366730-8

ABA

Associação Brasileira de Antropologia

Brasília, 26 de agosto de 2016.

Ofício nº 066/2016/ABA/PRES



Exmo. Sr. Dr. Mario José Gisi
Coordenador
4ª Câmara de Coordenação e Revisão/CCR – PGR/MPF

Exmo. Sr. Dr. Luciano Mariz Maia
Coordenador
6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF

Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal – MPF

Exmo. Sr. Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz
Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública-Geral da União

Exma. Srª Drª Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública - MG
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Exma. Sra. Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
Procuradora Geral dos Direitos do Cidadão
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – MPF

Ao Exmo. Sr. Fernando Damata Pimentel,
Governador
Governo do Estado de Minas Gerais

Exma. Srª Suely Araújo
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Prezado/a Senhor/a,

A Associação Brasileira de Antropologia - ABA realizou em João Pessoa/PB, de 03 a 06 de agosto de 2016, a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, que contou com a presença de cerca

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.portal.abant.org.br

EMBRANCO



ABA

Associação Brasileira de Antropologia

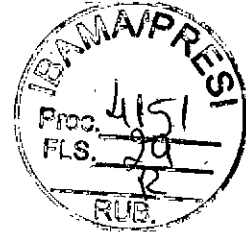
de 2.000 participantes. No encerramento da reunião ocorreu a Assembleia Geral Ordinária onde se aprovou a *Moção desastre ambiental Mariana*, que encaminhamos em anexo.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da ABA (Gestão 2015/2016)

EMBRANCO

**ABA**

Associação Brasileira de Antropologia

Moção desastre ambiental Mariana

Considerando os nove meses de continuidade do maior desastre ambiental do país, produzido pela Samarco em Mariana no Vale do rio Doce, os comitês QUILOMBOS e de POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS da ABA vêm denunciar a ineficácia do Estado em proteger a população e seu meio ambiente e recompor minimamente a vida das vítimas. Registre-se ainda que a população ribeirinha a jusante de Fundão permanece sob risco de novos rompimentos de barragens, inclusive da barragem de Candonga, que está retendo cerca de 10 milhões de metros cúbicos da lama. Nesse sentido, exigimos que os órgãos responsáveis tomem as providências cabíveis visando a resolução em definitivo da catástrofe provocada.

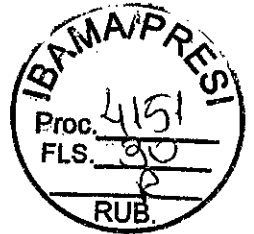
Destinatários:

4ª e 6ª Camaras do MPF
Procuradoria Geral da República
Defensoria Pública Federal
Defensoria Pública Estadual de MG
Procurador Geral Direitos do Cidadão
Gov. Estado de Minas Gerais
IBAMA

Aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia, realizada durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, no dia 6/08/2016.

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.portal.abant.org.br

EMBRANCO



PALÁCIO TIRADENTES
Secretaria Geral da Governadoria

Data de Entrada:	26/08/2016	Data do documento:	26/08/2016	Data solicitada:		Hora solicitada:		Protocolo:	10965
Tipo:	Ofício	Nº Docto:	066/2016/ABA/PRE	Situação:	Encaminhado	Resolução:			
Procedência:	Associação Brasileiro de Antropologia - ABA								
Contato:	Antonio Carlos de Souza Lima	Tipo Pessoa:	Física	Telefone:					
Cargo:	presidente	Encaminhamento:							
OF. Resposta:		Ofício:							
Endereço:	aba@abant.org.br // Caixa Postal 04491								
Cidade:	Brasília	UF:	DF	Cep:	70904-970				
Assunto:	Informa que realizou em João Pessoa, de 3 a 6 de agosto, a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA e envia a Moção Desastre Ambiental Mariana, aprovada no final da reunião. // Em 01/09/2016 recebemos o mesmo documento.(vaniza)								
Data de Saída:	01/09/2016	Destino:	Beatriz Campos						
Secretaria:									
Providência(s):	Em 29/08/2016 encaminhado para Alcione Comonian. (vaniza)								
Providência(s):									
Data da Carta:		Modelo:							
Pasta:		Sipro:							
Digitador:	Cláudia Rocha	Siged:							

EXMO. SR.
ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR
Advogado-Geral do Estado de MG
Rua Espírito Santo, nº 495, 8º andar
Centro - Belo Horizonte
CEP: 30160-030

EXMO. SR.

la meia

DIGITALIZADO NO IBAMA

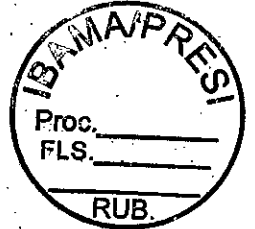


FUNDAÇÃO
renova

SEQ2372-01/2017/GJU

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO:	
Documento - Tipo	Data
Nº. 02001. 006	104/2017
Recebido em: 12/4/2017	
Assinatura	

Belo Horizonte, 12 de abril de 2017.



A
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES ("FCP")
A/C: ILMO. SR. ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA
PRESIDENTE DA FCP
Setor Comercial Sul - SCS
Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic
CEP 70.302-000 - Brasília - DF

c/c

AO COMITÊ INTERFEDERATIVO
A/C: ILMA. SRA. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO
PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Caixa Postal nº 09566
Brasília/DF - CEP: 70818-900

REF.: Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC") - cumprimento da cláusula 46.

Prezados,

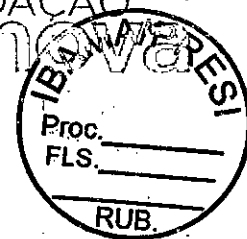
A FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por seu representante legal abaixo assinado, expor o quanto segue.

EM BRANCO

Emilia Leite Oliveira
& CT-Indústria e
Organismo no Poder
29/11/17
Raquel Caroline Alves Lacerda
Analista Ambiental/BAMA
Mat. nº 249427



FUNDAÇÃO
renova



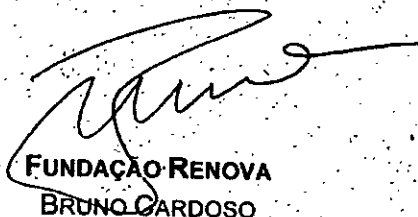
Em atendimento à cláusula 46 do TTAC, a qual definiu que a FUNDAÇÃO RENOVA deverá executar estudo para identificar eventuais impactos às comunidades quilombolas em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão ("Acidente"), de propriedade da Samarco Mineração S.A., serve a presente para encaminhar Plano de Trabalho elaborado pela empresa de consultoria Herkenhoff & Prattes referente ao Estudo do Componente Quilombola no âmbito do estudo ambiental dos impactos causados pelo Acidente.

Em linha com o Ofício 17/2017/GAB-FCP¹, emitido pela FCP, o presente estudo trata dos impactos à comunidade remanescente de quilombo de Degredo, localizada no Município de Linhares – ES.

Sendo o que cumpria até o momento e certa da compreensão, a FUNDAÇÃO se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente.

Atenciosamente,



FUNDAÇÃO RENOVA
BRUNO CARDOSO

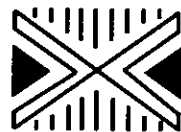
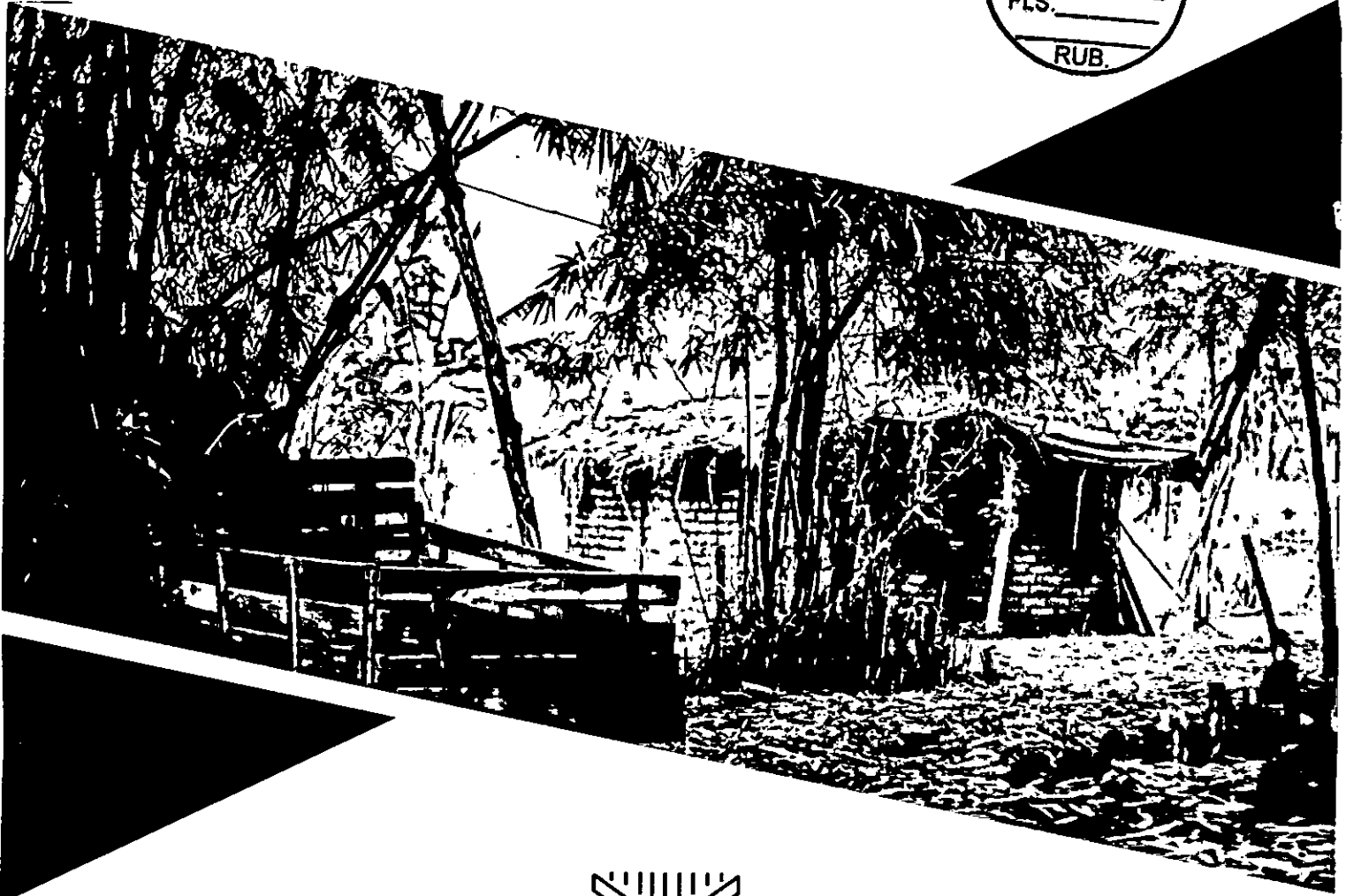
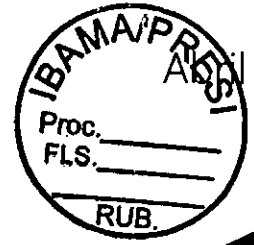
PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA POVOS INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

¹ O TTAC estabeleceu que a Fundação deveria conduzir tratativas com as Comunidades Remanescentes do Quilombo de Santa Efigênia. Posteriormente, tendo realizado visitas técnicas junto às áreas impactadas, a Fundação Palmares emitiu o Ofício 17/2017/GAB-FCP, que retificou esse dado e classificou como impactada apenas a Comunidade Remanescente do Quilombo de Degredo, que será objeto dos estudos a que se refere a cláusula 46.

EM BRANCO



PALMARES
FUNDAÇÃO CULTURAL



**COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO DE DEGredo**
ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA

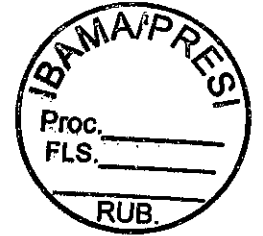
Plano de Trabalho

Herkenhoff & Prates
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

EM BRANCO



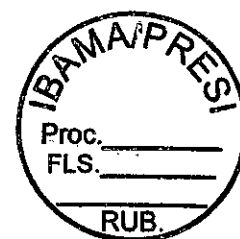
SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	3
Objetivos	5
EQUIPE TÉCNICA	6
Equipe-Chave	6
Equipe de Apoio	10
REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	11
Etnografia	12
Identificação de Sítios Arqueológicos	13
Expedição para Caminhamento e Mapeamento	13
Entrevistas em Profundidade e História Oral	15
Diálogo Social	16
Pesquisa Quantitativa	18
Consulta a Dados Secundários	18
Georreferenciamento e Cartografia	19
RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS	21
Relação das Atividades Vinculadas à Frente 1:	22
Relação das Atividades Vinculadas à Frente 2:	23
Relação das Atividades Vinculadas à Frente 3:	23
Relação das Atividades Vinculadas à Frente 4:	24
Relação das atividades vinculadas à Frente 5:	24
CRONOGRAMA	25
METAS, RESULTADOS E PRODUTOS	28
Metas	28
Resultados Esperados	28
Produtos	30
OFICIALIZAÇÃO DO PLANO	32



EM BRANCO



INTRODUÇÃO

O termo "quilombola" no Brasil tem sido cada vez mais polissêmico na contemporaneidade: a partir da ressemantização do termo enquanto conceito, foram atribuídas interpretações que mesclam aspectos como a ancestralidade, a territorialidade, a etnicidade e a resistência. De fato, este termo é utilizado desde os primeiros focos de resistência africana à escravidão colonial, mas a partir da redemocratização do país, e da Constituição Federal de 1988, passou a ganhar nova força na discussão sobre a cidadania da população negra no Brasil.

Haja vista esta polissemia, é possível dizer que as comunidades quilombolas em todo o Brasil representam povos com trajetórias históricas que os distinguem enquanto grupos étnicos e culturais, na perspectiva de suas relações com outros grupos identitários (Barth, 1976; O'Dwyer, 2007). As identidades quilombolas são calcadas nas relações de ancestralidade e parentesco; na evocação recorrente de tradições e práticas culturais próprias, que funcionam como sinais diacríticos; no contexto de interações específicas com o território e de ação sobre o ambiente natural; e na resistência política fundamentada na história dos povos africanos no Brasil.

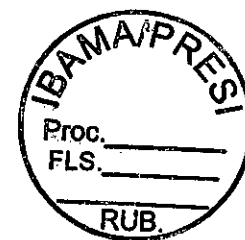
Sabe-se que a formação das comunidades remanescentes de quilombos no país se deu a partir de múltiplos aspectos, como o tamanho do contingente populacional, a procedência dos ancestrais, a localização geográfica, entre outros. Nesse sentido, cada comunidade quilombola é um universo em si, originado da vivência na construção comum do território e do resgate e constante preservação da ancestralidade: ambos movimentos, quando materializados, constituem-se em ferramentas de afirmação da identidade do grupo, que conecta o passado ao futuro.

Na linha de frente da promoção da cultura e do patrimônio afro-brasileiros, a Fundação Cultural Palmares (FCP) é a entidade responsável pelo fomento, certificação e acompanhamento das comunidades remanescentes de quilombos no país. Desde sua criação em 1988 vem realizando importante contribuição social justamente por meio do reconhecimento e defesa dos direitos das comunidades quilombolas. Tais contribuições se materializam na forma de ações afirmativas de combate ao racismo, ações de garantia do acesso às políticas sociais governamentais e na valorização dos aspectos constitutivos da cultura afro descendente, na forma que se veio discutindo até aqui.

Dentre as mais de duas mil comunidades quilombolas mapeadas pela FCP ao longo destes quase trinta anos de atuação, elenca-se a CRQ de Degredo, localizada na região litorânea de Linhares/ES, a cerca de 25km da foz do Rio Doce. A comunidade foi certificada em 2015, embora ainda não tenha sido aberto o pleito de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação do território ocupado, conforme informações provenientes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),



EM BRANCO



Com aproximadamente 100 famílias residentes, a localidade possui economia voltada para a pesca artesanal, plantação de coco, pecuária bovina e produção de mel. A comunidade é conhecida por ser um local de desova de tartarugas marinhas e por sediar a prática de esportes marítimos. O local também se destaca por uma das maiores reservas de orquídeas nativas, o Parque das Orquídeas, que faz parte de uma área de restinga preservada.

No dia 22 de novembro de 2015, a CRQ de Degredo teve sua rotina sensivelmente alterada em virtude da passagem de uma "onda de lama" proveniente da barragem de Fundão, unidade componente do Complexo Minerário de Germano, localizado em Mariana (MG). No dia 5 de novembro de 2015 a mencionada estrutura se rompeu, espalhando rejeito de minério de ferro ao longo de todo o leito do rio Doce, causando efeitos negativos severos sobre a dinâmica social e econômica de várias comunidades ribeirinhas, notadamente sobre a CRQ de Degredo.

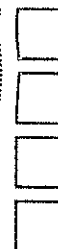
A proximidade da foz do rio Doce, onde os rejeitos da barragem de Fundão desaguaram no mar, e a íntima relação estabelecida pela comunidade de Degredo tanto com as águas fluviais, quanto com as águas marinhas, faz com que seja necessária a avaliação dos impactos ambientais e sociais causados sobre essa comunidade. Isto porque, para além da notória riqueza natural desfrutada pelos quilombolas, a comunidade tem na pesca e no extrativismo vegetal, atividades que rotinizam a dinâmica societal, tendo sido ambas interrompidas em virtude da impossibilidade de apropriação destes recursos naturais.

Estudo realizado no território (ver FERNANDES DE JESUS, 2012) indicou que a população local apresenta grande dependência dos recursos vegetais, tanto para a "medicina caseira" quanto para o consumo alimentar e uso tecnológico, com emprego cotidiano bastante peculiar das espécies vegetais ali existentes.

Dentre os efeitos da chegada da pluma de rejeitos à região, já são conhecidos problemas de ordem ambiental (como os danos à flora e fauna marinhas), econômica (enfraquecimento do turismo e paralisação da pesca) e social (diminuição do uso da paisagem litorânea pelos moradores locais e da perspectiva de permanência da população jovem na região)¹.

Por todo o histórico introduzido, e ante a severidade dos efeitos negativos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão, faz-se necessário compreender integralmente os impactos sociais e ambientais sofridos pela comunidade em decorrência do evento para, na sequência, estabelecer as bases conceituais e metodológicas que fundamentarão as ações reparatórias, bem como os argumentos culturais, técnicos e jurídicos por meio dos quais a CRQ

¹ É importante mencionar o fato de que a MLog (antiga Manabi, empresa de mineração) planeja investir na construção de um porto-indústria em Degredo, à semelhança de Suape, em Pernambuco, para a exportação de minério de ferro produzido em Minas Gerais.



EM BRANCO



de Degredo continuará sua caminhada de pleitos aos seus direitos de titulação e demarcação de áreas juntos aos órgãos intervenientes competentes.

Toda esta introdução será desenvolvida e pormenorizada ao longo deste documento, que contém o Plano de Trabalho para o desenvolvimento do Estudo do Componente Quilombola da CRQ de Degredo, elaborado no âmbito do estudo ambiental referente aos impactos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão da Mina Germano, de interesse da empresa Samarco Mineração S.A., à comunidade remanescente de quilombo de Degredo, localizada no Município de Linhares, ES, sob supervisão da Fundação Cultural Palmares. O volume está organizado em cinco tópicos para além desta introdução. No segundo, tem-se a formalização dos objetivos gerais e específicos desta empreitada. No terceiro, a apresentação da equipe técnica responsável por sua elaboração. No quarto, o referencial teórico-metodológico de sua concepção. No quinto, um resumo descritivo das atividades pretendidas em campo. No sexto, a apresentação do quadro síntese trazendo o cronograma de atividades. E no sétimo e último a apresentação de metas, resultados esperados e produtos a serem gerados por meio desta empreitada.

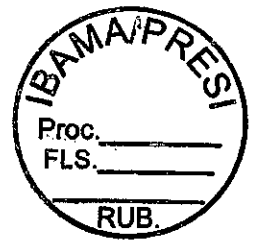
Objetivos

Este Plano de Trabalho tem como objetivo geral o balizamento de estudos que subsidiarão a elaboração dos procedimentos administrativos necessários à regularização das compensações e ações de mitigação correspondentes ao rompimento da barragem de Fundão. Para tanto, considera como objetivo específico a observância aos requisitos mínimos e aspectos essenciais relacionados ao componente quilombola para o levantamento e análise dos elementos ambientais, sociais, econômicos e culturais da CRQ de Degredo.

O estudo visa, portanto, compreender quais os efeitos do rompimento da barragem de Fundão sobre a reprodução material, sobre a sociabilidade e sobre as manifestações culturais da comunidade diretamente atingida. Em plano de fundo, assessora a Fundação Renova em sua empreitada de reparar os danos causados pela deposição de rejeitos ao longo da bacia do rio Doce; credencia a Samarco Mineração S.A. a pleitear sua Licença de Operação Corretiva, para fazer com que o Complexo Minerário de Germano volte a operar; e, por fim, presta contas à Fundação Cultural Palmares, em sua resiliente atuação amparada por uma série de legislações que constituem o arcabouço regulatório das tratativas envolvendo as comunidades quilombolas brasileiras.



EM BRANCO



EQUIPE TÉCNICA

A realização do Estudo do Componente Quilombola na CRQ Degredo demandará a alocação de profissionais com formações, habilidades e experiências correlatas às temáticas de pesquisa, expressas no Termo de Referência da contratação, notadamente aquelas vinculadas aos meios físico e biótico. Além destes profissionais específicos, a Herkenhoff & Prates também mobilizará equipe composta por profissionais de áreas como Ciências Sociais, Gestão Pública, Ciência Política e Estatística, entre outros, que devem auxiliar à equipe de campo em seus processos. Em todas as frentes de atuação, como atividade transversal, haverá envolvimento de profissionais com experiência em técnicas participativas interdisciplinares e em pesquisa com o envolvimento pró-ativo da comunidade.

Com vistas a garantir o alinhamento e a integração entre todos esses profissionais, será realizado um ciclo de capacitação e preparação para as imersões em campo e para a intervenção na comunidade. Esta capacitação será realizada por meio de um workshop interno, com duração aproximada de 8 horas, devendo abordar aspectos teóricos, empíricos, operacionais e logísticos a respeito do trabalho em campo.

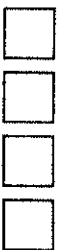
A seguir, a H&P apresenta os mini currículos dos profissionais que comporão a equipe designada para atuar no Estudo. Todos os envolvidos com o trabalho serão apresentados à comunidade de Degredo antes do início dos trabalhos.

Equipe-Chave

GUILHERME ALBERTO RODRIGUES

Diretor Técnico | Sociólogo e Mestre em Ciência Política

Graduado em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política. É diretor técnico da Herkenhoff & Prates. Atua na coordenação de projetos nas áreas Social, Educacional e Sustentabilidade. Atualmente, realiza a coordenação técnica dos serviços prestados pela empresa à Fundação Renova, desde novembro de 2015, para reparação da população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, cujo escopo inclui a execução do Diálogo Social e o relacionamento com comunidades e atores institucionais. Coordenou o trabalho de Diálogo Social para viabilização do Licenciamento Ambiental da Cava da Minas de Alegria Sul, entre agosto e dezembro de 2016. Foi coordenador de Monitoramento e Avaliação de projetos com o governo de Minas Gerais e São Paulo, durante cinco anos. Também realizou estudos sobre povos tradicionais (inclusive com quilombolas) da região do Vale de Jequitinhonha, em Minas Gerais, dentre outras pesquisas sociais relevantes. Tem larga experiência com estudos socioeconômicos e relacionamento com comunidade.



EM BRANCO



CARLOS EDUARDO MARQUES

Coordenador-Geral do Estudo do Componente Quilombola | Doutor em Antropologia

Possui doutorado em Antropologia (2015) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cujo tema é relacionado a comunidades remanescentes de quilombo. É também Bacharel em Ciências Sociais (2005) e Mestre em Antropologia (2008) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Antropólogo com aproximadamente 12 anos de experiência com estudos e trabalhos associados à temática das comunidades remanescentes de quilombo junto a universidades e organismos públicos como MPF, INCRA, Ministérios. É pesquisador-fundador do Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais da UFMG (NuQ-UFMG). Teve participação ativa no processo de certificação da CRQ Marques, no Município de Carlos Chagas (MG), e da CRQ Mumbuca, no município de Jequitinhonha (MG). Foi coordenador da Área de Quilombos ao longo da elaboração do Catálogo das Expressões Culturais Afro-Brasileiras de Belo Horizonte. Atua desde 2014 como consultor do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). Possui 14 publicações científicas em assuntos relacionados à temática.

FREDERICO BELEI DE ALMEIDA

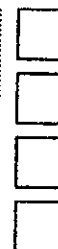
Coordenador dos Estudos de Ictiologia | Mestre em Biologia Animal

Bacharel em Ciências Biológicas (2007) pelas Faculdades Integradas São Pedro (FAESA). Mestre em Biologia Animal (2010) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ictiólogo com 9 anos de experiência com estudos ambientais e trabalhos técnicos associados à temática da ictiofauna e respectivas análises laboratoriais. Já realizou aproximadamente 50 estudos técnicos e ambientais vinculados à temática, dentro os quais se destacam o monitoramento da biota aquática da UHE Mascarenhas, no município de Baixo Guandu (ES). Possui amplo conhecimento dos aspectos constitutivos da ictiofauna endêmica à bacia do Rio Doce, tendo atuado sobre a matéria também no monitoramento ambiental da PCH São Luiz, no rio Guandu (ES), dentre outros projetos correlatos. Possui mais de 35 publicações científicas em assuntos relacionados à temática.

RODRIGO DE FILLIPO

Coordenador dos Estudos de Meio Biótico | Mestre em Ecologia e Recursos Naturais

Bacharel em Ciências Biológicas e Mestre em Ecologia e Recursos Naturais. Possui 28 anos de experiência em elaboração de Estudos de Impactos Ambientais. Como trabalhos de destaque, foi coordenador de meio biótico para a elaboração dos estudos ambientais vinculados às UHE Jatobá, UHE Teles Pires e UHE São Manoel, três dos maiores projetos com impactos ambientais relacionados aos recursos hídricos e comunidades tradicionais (especificamente indígenas). Nestas oportunidades coordenou e consolidou os estudos associados a todos os grupos faunísticos. Como especialista em limnologia, supervisionou os levantamentos de qualidade da água e a modelagem matemática e da qualidade da água dos três empreendimentos supracitados. Foi funcionário de Furnas Centrais Elétricas, de 1993 a 2008, quando foi responsável técnico pelo monitoramento limnológico e da qualidade da água das UHE Serra da Mesa (1784 MW) e Corumbá (386 MW); coordenador da implantação de programas de monitoramento limnológico e da qualidade da água de dez reservatórios da concessionária FURNAS Centrais Elétricas S.A.



EM BRANCO



SAMUEL JORGE LEITE

Coordenador dos Estudos de Meio Físico | Mestre em Ecologia e Conservação

Graduado em Engenharia Florestal e Mestre em Ecologia e Conservação. Possui mais de 20 anos de experiência em elaboração de Estudos de Impactos Ambientais e de análises de risco para implantação de empreendimentos industriais de grande porte. Acumula ampla experiência com a gerência de projetos e processos relativos aos programas do meio físico, aquático, fauna e reflorestamentos dos compromissos de licenciamento, principalmente de empreendimentos voltados à geração e distribuição de energia, como por exemplo as UHEs de Capivara (619MW), Taquaruçu (525MW) e Rosana (354MW). Na UHE Rosana (354MW) atuou diretamente na coordenação de programas de recuperação de áreas degradadas, na mata ciliar e na área do canteiro de obras. Igualmente, acumula experiência com relações institucionais relacionadas ao gerenciamento de condicionantes de licenças ambientais tanto no âmbito do IBAMA, como dos órgãos intervenientes – Iphan, Fundação Palmares, FUNAI, ICMBio, CECAV – e demais instituições ligadas ao Licenciamento Ambiental.

ANA CAROLINA ARAÚJO FERNANDES

Analista Especialista nos Estudos de Comunidades Tradicionais | Mestranda em Antropologia

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – 2013) e Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Técnica em Meio Ambiente pelo CEFET/MG. Trabalha desde 2011 no mapeamento e caracterização de bens culturais de comunidades quilombolas e tradicionais. Foi bolsista do programa Mapeamento de Povos e Comunidade Tradicionais em Minas Gerais, onde atuou em pesquisas de campo de identificação e mapeamento de comunidades, além de oficinas formativas em direitos de quilombos e comunidades tradicionais. Também foi bolsista no IEPHA/MG (Instituto Estadual para o Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), onde atuou no Inventário para Fins de Registro da Comunidade Negra dos Arturos, em Contagem/MG, comunidade que é também fundamento de sua pesquisa de dissertação. Produz registros e séries fotográficas sobre comunidades quilombolas no Brasil e dirigiu o curta-metragem “Dandaras – A Força da Mulher Quilombola” (2015).

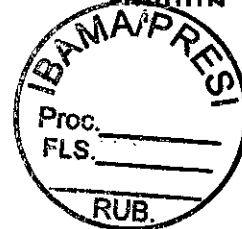
CASSIO FELIPE SILVA BARBOSA

Analista Especialista nos Estudos de Comunidades Tradicionais | Mestre em Ciência Política

Mestre em Ciência Política (2013) pela Universidade Federal de Minas Gerais, por onde também se formou Bacharel em Ciências Sociais (2006). Especialista em Gestão Ambiental (2010) pela Universidade FUMEC. Possui 10 anos de experiência com Licenciamento Ambiental; Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. Larga experiência no desenvolvimento de estudos para licenciamento de empreendimentos na área de mineração, tendo ainda experiência nas áreas de geração e distribuição de energia (hidrelétricas, termelétricas e linhas de transmissão), indústria, logística (rodovias, portos, terminais e ramais ferroviários). Acumula experiência nas relações institucionais com órgãos ambientais e órgãos intervenientes, no âmbito da designação e cumprimento de condicionantes de licenças ambientais. Realizou diagnóstico de comunidades tradicionais na CRQ Baú, no Município do Serro (MG), no âmbito do licenciamento ambiental do Complexo Minerário Minas-Rio (2007), e na CRQ Malhadinha, no Município de Brejinho de Nazaré (TO), no âmbito do licenciamento ambiental da LT800kV Xingu-Rio (2016).



EM BRANCH



LETÍCIA MOURA SIMÕES DE SOUZA

Analista Especialista em Arqueologia | Mestra em Arqueologia

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), com o trabalho "Tupinambá e Amboaré – Arqueologia do Espírito Santo, de Reritiba a Anchieta". Atuou como professora substituta na Universidade Federal do Espírito Santo, de abril de 2013 a dezembro de 2015, e professora na mesma instituição em 2016. Possui sete anos de experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica, atuando coordenação de projetos, em diagnósticos, prospecções e salvamentos arqueológicos; elaboração de relatórios de campo; análise de coleções arqueológicas, laboratório, resgates arqueológicos e ações de educação patrimonial pelas seguintes empresas: Terra Firme Consultoria LTDA ME (2010-2017); Rhea Meio Ambiente (2011); Scientia Consultoria Científica LTDA (2007); e Cooperativa dos Empreendedores em Ações Culturais – Arqueologia (2007). Atualmente trabalha como arqueóloga consultora na empresa Ibirapema Licenciamento Ambiental LTDA. Tem amplo conhecimento técnico e vivência profissional em territórios do Espírito Santo, especialmente na região de Linhares.

PAULA CAPITA SIQUEIRA

Analista Especialista nos Estudos de Flora | Mestre em Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Bacharel em Ciências Biológicas (2008) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Bióloga com 8 anos de experiência com estudos ambientais e trabalhos técnicos associados à análise ambiental de bacias hidrográficas e conservação dos recursos naturais. Atua com pesquisa e consultoria em atividades relacionadas à modelagens espaciais de grandes bacias hidrográficas. Tem experiência com mapeamentos de cenários de uso do solo relacionados às mudanças nas definições da Mata Atlântica, atividades que incluem metodologias de mapeamento e conservação de nascentes. Possui domínio de softwares de análises espaciais. Possui 3 publicações científicas em assuntos relacionados à temática.

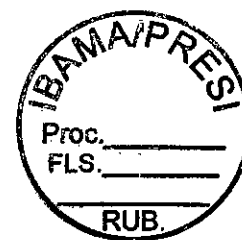
MARCELLO LEONARDO PIMENTEL

Analista Especialista nos Estudos de Geologia | Especialista em Geologia do Quaternário

Bacharel em Geografia (2011) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Geologia do Quaternário (2017) pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Geógrafo com 5 anos de experiência com estudos ambientais e trabalhos técnicos associados à geotecnologia e geoprocessamento. Atua com pesquisa e consultoria em atividades relacionadas mapeamento detalhado de feições geomorfológicas quaternárias (Mapquat); e mapeamento de feições geomorfológicas associadas à evolução de encostas e sistemas de drenagem. Tem experiência com licenciamento ambiental de hidrelétricas e estruturas lineares (rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia e gasodutos). Possui domínio de softwares de análises espaciais.



EM BRANCO



Equipe de Apoio

DANIEL GOUVEIA DE MELLO MARTINS

Doutorando em Sociologia

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição (2005). Atualmente, é Consultor pelo Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates, em projetos de diálogo e relacionamento socioinstitucional para a Samarco e Fundação Renova, nas ações de reparação da população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, e de Licenciamento da Cava da Mina de Alegria Sul. Também atua como consultor educacional da Rede Pitágoras de Ensino. Atou como consultor da Aro Arquitetos Associados na realização de pesquisa de campo para elaboração de inventário de bens imateriais do Município de Acaiaca (MG) e relatório sociológico para implantação do Museu da Cachaça de Salinas (MG). Foi consultor na empresa Diversus Ambiente e Cultura, entre os anos de 2011 e 2015, em projetos de licenciamento para empresas como Anglo American S.A., Usiminas, Ferrous e Brennand Cimentos e em diagnósticos socioeconômicos para Conservação Internacional, Ministério Público de Minas Gerais e Governo do Estado de Minas Gerais. Trabalhou como pesquisador no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e como professor substituto na UFMG. Atuou como consultor em projetos para o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/MG e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA.

NATHÁLIA FRANÇA FIGUERÊDO PORTO

Mestre em Ciência Política

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestra em Ciência Política pela mesma instituição (2016). Atua como consultora em Monitoramento e Avaliação de políticas públicas, projetos e programas sociais no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais - Herkenhoff & Prates desde 2013, em projetos de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial, desenvolvendo funções como coordenação de pesquisa, desenho de indicadores, elaboração de instrumentos, análise de dados e produção de relatórios. Possui experiência no manuseio de informações qualitativas e quantitativas, e na análise de redes sociais para Monitoramento e Avaliação.

GUILHERME ANDRADE SILVEIRA

Gestor Público e Mestrado em Ciência Política

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Bacharel em Gestão Pública pela mesma instituição (2014) e Técnico em Administração pela Escola Técnica de Formação Gerencial – ETFG do Sebrae-MG (2009). Desde 2013, é Consultor no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates, atuando no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Programa e Programas socioambientais nas áreas de Educação, Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Tem experiência no desenvolvimento de pesquisas, elaboração de questionários, análise de dados quantitativos e qualitativos, análise espacial, construção de indicadores de resultados e elaboração de relatórios analíticos e executivos.



EM BRANCO



REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

A realização do Estudo do Componente Quilombola em Degredo exige, de saída, cuidados técnicos e metodológicos que devem pautar não somente o trabalho da equipe encarregada da análise antropológica e socioeconômica, mas de todos os profissionais envolvidos, inclusive os especialistas nos meios físico e biótico. Como afirma Leite (2000), a intervenção junto a comunidades quilombolas deve ser encarada como uma reflexão científica em processo de construção.

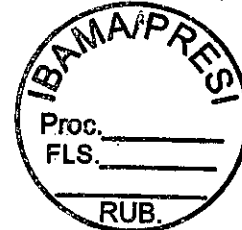
A literatura antropológica sobre a temática quilombola no Brasil oferece importantes insights para a definição de procedimentos e estratégias de realização do estudo. Em primeiro lugar, destaca-se a percepção de que o caminhar da noção de "quilombo" no Brasil tem sido recorrentemente evocado para a discussão em torno da cidadania de sua população negra; e a percepção de que a realização de um Estudo desta natureza deve levar em conta os processos de afirmação identitária e de conquista de direitos que marcam esta caminhada (LEITE, 2000). Isso implica no reconhecimento de que a forma de territorialização étnica ofertada pelas experiências quilombolas no Brasil deve ser problematizada, elucidando aspectos organizacionais, relacionais e dinâmicos que devem estar à luz do conhecimento produzido nesse tipo de Estudo (Idem, 2000), que deve destacar a relação entre pessoas e meio ambiente. A esse respeito, também importa mencionar conceitos como o de comunidades locais, mobilizados por Little (2002), segundo os quais o território alimenta os laços de permanência enquanto comunidade, tornando-se lugar de vida e produção material e simbólica.

A realização de um Estudo do Componente Quilombola, ainda mais no contexto atual da comunidade de Degredo, exige o trabalho com referenciais que contribuam para a superação de reducionismos na caracterização da vida em comunidade; que reiterem a abordagem polissêmica da análise das experiências quilombolas no Brasil e que posicionem o trabalho junto às comunidades em oposição às visões estanques de cultura e etnicidade (BARTH, 1976). A propósito, Marques (2009) destaca a relevância de se considerar a experiência quilombola de uma comunidade em sua unicidade, em suas características próprias, evitando categorizações essencializadoras.

Assumindo o exposto até aqui como premissa para a execução das atividades diagnósticas de campo, a análise dos elementos socioeconômicos e culturais que integram o componente quilombola será feita a partir da coleta de informações junto à comunidade, e no contato com instituições públicas e privadas. O trabalho será desenvolvido aplicando-se diferentes métodos, descritos conforme segue:



EM BRANCO



Etnografia

O método etnográfico, valendo-se de referências como Firth (1974), Geertz (1978), Wagner (2010) e Peirano (1992), consiste em um conjunto de técnicas por meio das quais se faz uma análise profunda do cotidiano de uma comunidade. Sua primeira etapa consiste no levantamento bibliográfico sobre a temática e populações correlatas às quais ele agora se dedica. A segunda se refere ao trabalho de campo, durante o qual o antropólogo passa uma temporada convivendo com a comunidade em questão. Por fim, passa-se a escrita e sistematização das informações obtidas ao longo do trabalho.

O intuito da realização da etnografia junto à CRQ de Degredo é obter elementos necessários para uma análise pormenorizada da mesma, fundamentada nos enunciados produzidos pelos próprios quilombolas, reconhecidos como sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, a coleta dos dados terá ênfase na atribuição de sentido às práticas e referências culturais mapeadas e reconhecidas.

A partir dessa investigação, será possível a identificação de limites, caracterização de marcos identitários, paisagens, espaços, caminhos, usos de recursos naturais, modos de reprodução física, social e cultural, costumes e tradições; bem como será possível reconstruir o processo histórico de ocupação da área a partir de técnicas como a cartografia social. Ao longo deste processo serão levantados os bens materiais e imateriais relevantes aos processos de construção de identidade e de reprodução física, social e cultural da comunidade.

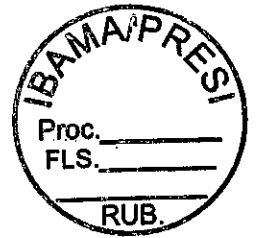
O traçado da comunidade deve, ainda, permear a identificação e a caracterização dos sinais diacríticos da identidade étnica do grupo, de seus critérios de pertencimento, de suas fronteiras sociais, de sua representação genealógica, de suas manifestações de caráter cosmológico, religioso e festivo, com destaque para as manifestações de relacionamento com a terra e com os recursos originados dela.

A análise da relação entre a comunidade e o ambiente buscará, por sua vez, elucidar as formas de apropriação do segundo pela primeira, enfatizando aspectos como sua ocupação tradicional a partir da descrição de práticas, modos de fazer e saberes. Seguindo a abordagem proposta por Little (2002), também serão identificados os recursos e as áreas necessários ao bem-estar econômico e social da comunidade, atentando para os efeitos do rompimento da barragem de Fundão para essa organização.

Para que o método etnográfico proposto seja efetivo, é necessária a permanência dos pesquisadores junto à comunidade, uma vez que a construção dos significados das informações coletadas em campo se dá de maneira conjunta, em uma construção dialógica que só é possível a partir da convivência, estruturada metodologicamente pela observação participante, capaz de tornar o pesquisador familiar aos seus sujeitos de pesquisa. Para além disso, a permanência em campo permite ao pesquisador compreender a fundo a lógica



EM BRANCO



por trás de fragmentos de informações, capazes de arranjar-se de modo a ensejar um novo entendimento sobre fatos corriqueiros, convertendo-os em material significativo para o trabalho proposto.

Com a aplicação do método etnográfico proposto, objetiva-se a coleta de informações relativas às características socioculturais e socioambientais da comunidade, delineando o histórico de sua ocupação do território, o desenvolvimento de suas redes de parentesco, relação com comunidades vizinhas, organização econômica, uso de recursos naturais, modos de fazer e saberes tradicionais e patrimônio imaterial.

Identificação de Sítios Arqueológicos

Ao longo do exercício etnográfico e de etnocartografia, pretende-se a realização de reconhecimento de campo, de forma extensiva, por meio de um caminhamento de superfície no local da comunidade, com observações oportunistas em barrancos de estradas ou locais de visibilidade arqueológica para identificação de possíveis sítios, sem qualquer intervenção de subsuperfície. Tal reconhecimento será acompanhado por membros da comunidade, responsáveis pela indicação de pontos distribuídos espacialmente em seu território e que possuam representação histórica e simbólica para o grupo.

A partir destas informações, caberá ao arqueólogo a indicação de sítios que contenham reminiscências históricas da comunidade e que possam vir a conter vestígios arqueológicos, tendo como base para tal indicação as informações obtidas em fontes secundárias, junto à moradores da comunidade e observação de áreas propícias à habitação e possíveis fontes de recursos naturais e matéria-prima.

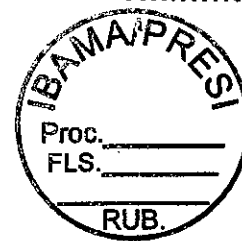
Identificados os possíveis sítios, será realizada Ação de Educação Patrimonial junto à comunidade, revelando o potencial arqueológico do município de Linhares e das localidades de Regência e Degredo. A atividade será conduzida por meio de oficinas com moradores locais, a ser conduzida pela arqueóloga responsável pelo trabalho no território. Por fim, será elaborado relatório técnico sobre o potencial arqueológico da região, com indicação exata da localização dos sítios encontrados.

Expedição para Caminhamento e Mapeamento

Será planejada em escritório, validada com a comunidade e realizada em campo expedição de equipe multidisciplinar para reconhecimento da área de inserção da CRQ de Degredo. Tal equipe será composta por profissionais de disciplinas vinculadas aos meios físico e biótico, acompanhados por entes comunitários indicados pelos próprios moradores locais possuidores de notório saber acerca das temáticas envolvidas e, principalmente, do território. A expedição fará o caminhamento por áreas chave para a coleta de dados primários, cruciais para análise suficiente dos aspectos constitutivos dos modos de vida a comunidade,



EM BRANCO



e o trajeto a ser percorrido será aquele que mais interessará a comunidade, em termos da avaliação dos impactos, imprescindível a este Estudo, e da integração da equipe técnica com as particularidades locais. No momento de realização das reuniões para validação deste Plano de Trabalho junto à comunidade de Degredo, estes aspectos serão abordados para posteriores discussões até o desenho do traçado definitivo.

Com relação aos elementos biológicos, serão percorridas todas as fitofisionomias presentes na área. Ao longo do caminhamento, será feita a análise descritiva da vegetação de Restinga local, por meio da qual serão observados os parâmetros necessários à classificação sucessional dos fragmentos e a composição florística conforme o disposto na Resolução CONAMA nº 417, de 23 de novembro 2009 (Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências) e na Resolução CONAMA nº 438, de 30 de dezembro de 2011 (Aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado do Espírito Santo, de acordo com a Resolução no 417, de 23 de novembro de 2009). Os espécimes botânicos não identificados in loco serão coletados para posterior identificação. No ato da coleta das amostras será anotado o hábito de cada espécie, o habitat e demais informações úteis para referências posteriores.

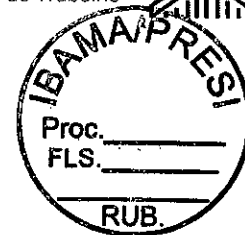
Ainda sobre os aspectos bióticos da área de inserção da CRQ de Degredo, a caracterização da fauna² terrestre, com ênfase nas suas respectivas cadeias ecológicas, será realizada também no âmbito do caminhamento previsto para identificação das fitofisionomias. No ato da observação dos indivíduos em campo, será anotado o hábito de cada espécie, o habitat e demais informações úteis para referências posteriores. Esta incursão do especialista terá ainda como finalidade os registros audiovisuais, também considerados fundamentais para a caracterização das espécies existentes. Este caminhamento contará com a presença de pessoal nativo à CRQ Degredo, com o objetivo de obter deste agente informações fundamentais para a ampla descrição dos hábitos e habitats das espécies endêmicas, apontadas da perspectiva da própria comunidade.

Quanto aos aspectos fisiográficos, a incursão no campo para caminhamento terá o objetivo de A) identificação e cadastramento dos processos erosivos em curso; B) de mapeamento e caracterização das nascentes, aquíferos subterrâneos (especificamente poços artesianos) e cursos d'água utilizados pelos quilombolas; C) de percorrer as margens do rio Doce, as áreas onde se localizam os lagos e demais formações aquíferas e a zona costeira da comunidade com a

² A caracterização da fauna terrestre, com ênfase nas suas respectivas cadeias ecológicas, será feita de maneira mais simplificada em relação àquilo que é geralmente realizado nos estudos que atestam a viabilidade ambiental de empreendimentos industriais. Desta feita, o diagnóstico será realizado de maneira aplicada à CRQ Degredo, com especial atenção aos usos alimentares, culturais e econômicos pelos quilombolas. Normalmente, esta caracterização é feita a partir de mapeamento prévio da área a ser caracterizada, em seguida é feita a sobreposição das fitofisionomias, conforme mapeamento de flora; para então se designarem as áreas a serem amostradas. Daí, parte-se para a intervenção em campo com todo o ferramental necessário para observação, coleta e análise dos indivíduos a serem identificados in loco. Nesta oportunidade, o procedimento será alterado para se adequar às finalidades que este Estudo requer, especificamente. Sendo assim, o caminhamento previsto para identificação das fitofisionomias será útil também para identificação da fauna terrestre habitante da região de inserção da CRQ Degredo.



EM BRANCO



finalidade de coletar informações que subsidiem I) a comparação do histórico físico e químico da foz do rio Doce no ano anterior ao rompimento da barragem de Fundão, com relação a situação atual, II) a descrição da dinâmica hidrológica na foz do rio Doce (região de Povoação até Pontal do Ipiranga e zona costeira); III) o registro e análise das alterações hídricas por drenagens e canais artificiais existentes anteriormente ao evento, identificando a importância das lagoas e do rio Ipiranga na dinâmica da região, bem como a influência do rio Doce na cheia e na seca nesses ambientes; IV) a identificação e descrição dos riscos de contaminação do solo e subsolo decorrentes do rompimento da barragem e do deslocamento da lama e dos rejeitos na foz do rio Doce até o norte do litoral capixaba, que afetam as atividades agrícolas e demais atividades produtivas; V) a avaliação da qualidade do lençol freático e captações de águas subterrâneas da comunidade de Degredo.

Nota-se que para os aspectos geográficos, geológicos e hidrológicos o caminhamento proposta será de crucial importância para a identificação de impactos críticos à CRQ de Degredo em termos da severidade da alteração nos modos de vida locais. Nestes termos, quando do retorno desta expedição de caminhamento, será discutida com a comunidade, por meio de seus representantes participantes da expedição, a necessidade e a complexidade de novas incursões de campo, estas específicas para o detalhamento de cada um dos subtópicos elencados acima. No tópico seguinte deste estudo, serão propostas alternativas para a realização destas eventuais novas incursões e campo, caso a expedição indicada neste tópico não esgote a necessidade de coleta de dados primários.

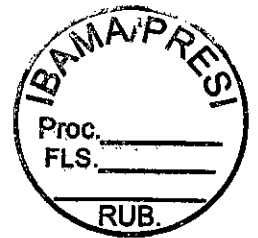
Entrevistas em Profundidade e História Oral

Serão realizadas entrevistas qualitativas com a população local, para levantamento da percepção dos moradores sobre os distintos aspectos abordados no estudo – inclusas as variáveis vinculadas aos meios físico e biótico. As entrevistas serão semiestruturadas, ou seja, os pesquisadores estabelecerão uma direção geral para a conversação, guiando-a para tópicos específicos. Essa técnica garante um maior controle dos pesquisadores sobre a entrevista, bem como possibilita a obtenção de respostas mais completas.

A realização das entrevistas em profundidade tem como intuito explorar assuntos, aprofundar temáticas, descrever processos e fluxos, identificar problemas, detalhar padrões e obter interpretações sobre o próprio informante, sua comunidade e todo o ambiente que o cerca. Sendo assim, espera-se que a utilização de tal técnica permita a apreensão de ponto de vista da comunidade no que tange aos impactos por ela sofrida em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em todos os âmbitos de sua organização social. Este trecho inclusive denota uma clara intenção deste esforço de coleta dos dados primários em humanizar as informações levantadas para os meios físicos e bióticos. Muito mais do que apenas dados obtidos de fontes consagradas, ou mesmo a partir da execução em campo de sofisticadas técnicas de medição e avaliação de fenômenos biofísicos, valerá nesta empreitada a leitura que a



EM BRANCO



comunidade faz destes fenômenos e a avaliação da relevância destes fenômenos para a reprodução dos modos de vida em Degredo.

Já a metodologia de História Oral consiste na realização de entrevistas com indivíduos que testemunham sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história. As entrevistas são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. A escolha dos sujeitos que serão convidados a participar da pesquisa será feita em conjunto com as lideranças comunitárias, sendo que o objetivo é que o grupo de entrevistados seja o mais heterogêneo possível.

A busca pelas fontes orais diz respeito à possibilidade da interpretação de temas da história ainda insuficientemente registrada por outros tipos de informações, a fatos relevantes cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso do habitual. Nesse sentido, a História Oral, como metodologia qualitativa de pesquisa, representa uma das formas mais qualificadas para a obtenção de dados históricos, pois imprime um caráter humano imensamente rico, possibilitando a recuperação e a apresentação da condição humana dos entrevistados. Como foi introduzido neste documento, o vínculo dos moradores de Degredo com a flora da região onde se insere é tão forte que muito das suas tradições e mesmo das atividades econômicas guardam relação com a biodiversidade local. De forma que a resgate da História Oral da CRQ de Degredo será fundamental para o entendimento da aplicação, do uso que os entes comunitários fazem dos indivíduos da flora em seus cotidianos, principalmente quando associados à "medicina tradicional". Nestes termos, temos importante ferramenta de suporte ao diagnóstico dos aspectos bióticos previstos neste Plano de Trabalho.

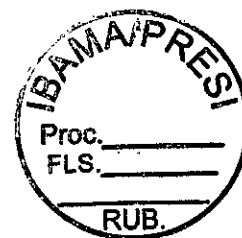
Ratificando, a utilização da fonte oral para o delinear da história da CRQ de Degredo terá como objetivo acrescentar a dimensão do vivido à experiência de rememoração do passado, buscando o registro e a perpetuação de significados, experiências e lembranças da coletividade por meio dos indivíduos. Desta forma, não serão previamente determinadas quantidades de abordagens para este fim. Em campo, ao longo desta dinâmica, serão feitas quantas abordagens a comunidade julgar suficiente para o pleno resgate de todos os meandros que remontam a história da CRQ de Degredo.

Diálogo Social

Serão implementadas ações permanentes de Diálogo Social junto à comunidade de Degredo, fundamentadas em uma perspectiva de interação e participação dos entes comunitários, na finalidade de apresentar, adequar, validar e obter aprovação dos moradores acerca dos procedimentos de pesquisa realizados, bem como coletar informações importantes para o trabalho a partir da própria perspectiva dos atores envolvidos. Ademais, a prática do Diálogo Social busca promover uma maior aproximação entre a consultoria e a população; e busca



EM BRANCO



criar e manter um ambiente pautado na participação dos públicos de interesse, na transparência e na cooperação.

As estratégias compreendem os momentos de interlocução coletiva e individualizada junto à comunidade, por meio de ações de mobilização de indivíduos para o auxílio efetivo nas atividades de campo, de reuniões de diálogo, na forma de rodas de conversa, que oportunizam a escuta efetiva dos sujeitos. Neste sentido, a comunidade indicará até três profissionais para compor a equipe técnica da consultoria, sendo responsável, entre outras atividades, por orientar o trabalho de campo e apoiar as ações de mobilização comunitária.

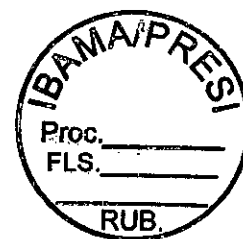
Com relação aos elementos geográficos, geológicos e hidrológicos da região de inserção da CRQ de Degredo, os dados técnicos colhidos em campo estarão submetidos a consultas à comunidade, nos formatos de diálogo ampliado até aqui trabalhados, com vistas a apurar as informações coletadas e aprofundar a descrição do contexto a partir do conhecimento tradicional local. Neste momento da empreitada faz-se fundamental a interação com a comunidade, na medida em que esta designará seus informantes-chave (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2004; ALBUQUERQUE ET al., 2008) para estes tópicos e estes, por sua vez, terão colaboração ativa na escolha dos critérios e parâmetros a serem utilizados pela equipe técnica para as análises de cenário.

Quanto aos elementos bióticos do cenário, este conteúdo será igualmente submetido à apreciação da comunidade. Nas formas de diálogo ampliados até aqui sugeridas, com todos os entes comunitários interessados na temática, serão apresentados todos os grupos faunísticos mapeados ao longo do estudo. Serão discutidas as serventias de espécies específicas, na finalidade de se construir a identificação e descrição do uso destes recursos naturais em específico, levando-se em consideração as atividades desenvolvidas, tais como caça, pesca, apicultura, pecuária e turismo e suas finalidades dadas (subsistência, comércio, medicinal, ritualístico, etc.)

De modo geral, durante esses momentos, buscar-se-á identificar os pontos de vista da comunidade em relação aos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, incluindo os prejuízos à organização cultural, social, política e econômica da comunidade, bem como dos impactos que alteram a rotina e o acesso da comunidade a bens e serviços públicos essenciais à subsistência, desenvolvimento e permanência do grupo em seu território. Além disso, serão consultados os impactos do rompimento sobre os meios físico e biótico, sobre a organização social e produtiva da CRQ e sobre as manifestações culturais da comunidade. Também será contemplada a análise das alterações na dinâmica social causadas pela presença e fluxo de pessoas estranhas à comunidade.



EM BRANCO



Pesquisa Quantitativa

As técnicas quantitativas são amplamente utilizadas em pesquisas de cunho social pelo fato de fornecerem uma descrição objetiva para um grande número de indivíduos. O método consiste na coleta direta de informações a partir da aplicação de um questionário estruturado, por meio de entrevistas junto ao público-alvo da investigação. Essa técnica coleta, essencialmente, informações passíveis de serem codificadas e armazenadas em um banco de dados, visando a uniformização e ordenamento das informações, bem como visando a comparabilidade das respostas. A pesquisa proposta para este trabalho é de natureza censitária, isto é, pretende coletar dados de todas as famílias existentes na CRQ de Degredo. Serão coletadas informações relativas às características socioeconômicas, culturais e socioambientais da comunidade e da região.

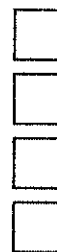
Consulta a Dados Secundários

A consulta a dados secundários consiste no levantamento e análise de informações já existentes, provenientes de fontes oficiais, e que contribuirão para a caracterização da comunidade e de seu entorno, em relação à sua situação territorial, fundiária e socioeconômica. Entre as possíveis fontes de informação a serem consultadas estão o Poder Público local (prefeitura e suas secretarias), o IBGE, o Ipea, o MEC/Inep, o DATASUS, entre outros, além de registros históricos, documentos cartoriais de posse da propriedade, laudos técnicos e produções acadêmicas. Devido à natureza de coleta dessas informações e ao período em que elas começaram a serem levantadas, será possível analisar parte delas de forma longitudinal, isto é, ao longo de uma série histórica.

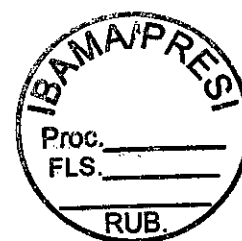
A identificação de sítios arqueológicos será realizada também, para além da já descrita etnocartografia, por meio de levantamento bibliográfico em publicações e no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em busca de referências a aspectos etnohistóricos da região.

Com relação aos aspectos físicos da região de inserção da CRQ de Degredo o levantamento da produção científica existente e dos estudos ambientais sobre a região realizados pela própria Samarco e/ou Fundação Renova serão imprescindíveis para possibilitar o mapeamento preliminar do território de inserção da CRQ Degredo. Ademais, deve fornecer indícios que contribuam para a identificação do processo evolutivo dos aspectos fisiográficos e geológicos que o caracterizam. Permitirá conhecer o ambiente geológico e geográfico e traçar algumas hipóteses sobre a origem e os fatores condicionantes de processos erosivos e da dinâmica hidrológica. E deve orientar o trabalho dos profissionais especialistas em campo.

Quanto aos aspectos bióticos a serem diagnosticados, a identificação do material será realizada com base na literatura especializada, na consulta a



EM BRANCO



especialistas e por comparação com a coleção do herbário do Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (BHCB). Em termos do relatório analítico, o material será descrito à luz de fontes diversas como, por exemplo, Jacobi (2007), Viana & Lombardi (2007), Mourão & Stehmann (2007).

Ainda com relação aos elementos biológicos, agora em especial quanto à fauna aquática, serão levantados dados a partir de estudos científicos e de dados disponíveis nos museus e coleções ictiológicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Museu Augusto Ruschi. Este levantamento terá como objetivo o conhecimento de espécies frequentes na bacia onde a CRQ Degredo se insere e a identificação daquelas espécies que orientarão o olhar do analista em campo, em momento posterior da pesquisa. A identificação das espécies seguirá guias especializados como Géry (1974), Figueiredo & Menezes (1978; 1979), Garavello (1979), Menezes & Figueiredo (1980), Burgess (1989), Bizerril (1994) e Bizerril & Primo (2001).

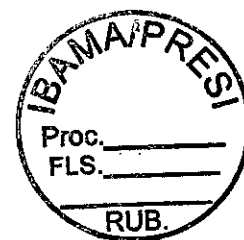
O levantamento destes dados permitirá à equipe conhecer as espécies ameaçadas de extinção, dado relevante para o trabalho dos especialistas em campo. A categoria de ameaça da espécie será informada de acordo com requisitos das Portarias MMA nº 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014, para as espécies ameaçadas a nível nacional; e da IUCN (2016) para as espécies ameaçadas a nível mundial. O levantamento histórico da ictiofauna da bacia do rio Doce será realizado com ênfase à fauna localizada na região conhecida com o "baixo rio Doce", que compreende a Usina de Mascarenhas, no município de Baixo Guandu, e se estende até a foz do rio, em Regência (Linhares/ES). Acredita-se que este esforço é suficiente tanto para embasar teoricamente a pesquisa a ser realizada em campo quanto para orientar o trabalho do pesquisador especialista em sua imersão na área-alvo da pesquisa, especialmente em sua interação com os membros da comunidade.

Georreferenciamento e Cartografia

O Estudo do Componente Quilombola a ser realizado em Degredo possui uma particularidade, quando comparado a Estudos similares: sua realização se dará no âmbito do rompimento da barragem de Fundão e na análise dos impactos sociais e ambientais da chegada dos rejeitos ao mar, via Rio Doce. Esta especificidade exige que o Estudo busque não somente caracterizar a comunidade e seu entorno em seus aspectos físicos, ambientais e sociais, mas também em função do epicentro do rompimento. Para tanto, serão necessárias análises sobre o próprio empreendimento da Mina de Germano, em Mariana (MG), e sobre o trajeto percorrido pelos rejeitos até desaguardarem no mar, pela foz do rio Doce. Além dessas informações, a análise dos impactos exige a produção de informações georreferenciadas da comunidade caracterizada no Estudo.



EM BRANCO



Nestes termos, será feita caracterização minuciosa do empreendimento e de suas estruturas agregadas, dos processos produtivos envolvidos e do depósito de rejeitos na barragem que se rompeu. Em seguida, o esforço terá foco na caracterização do percurso feito pelos rejeitos carreados ao longo do rio Doce, destacando-se as relações entre a mina e as cidades ao longo do curso, em seus termos econômicos, sociais e ambientais. Nessa etapa, deve-se buscar ressaltar as relações existentes entre Degredo e outras áreas diretamente afetadas pelo rompimento, também de forma multitemática, apresentando recortes socioeconômicos, ambientais, culturais, políticos, entre outros.

Sintetizando de maneira esquemática e imagética todos estes elementos, a equipe técnica realizará o georreferenciamento de toda a comunidade de Degredo, a partir da coleta de coordenadas geográficas de locais e espaços de referência da comunidade, no intuito de facilitar sua localização posterior. Este georreferenciamento deve levar em conta não somente a própria comunidade, mas também deve produzir visualizações da comunidade em relação à foz do Rio Doce, em Regência (Degredo está cerca de 25km a Norte distante da foz do Rio Doce); e em relação ao epicentro do fenômeno, na barragem de Fundão, em Mariana (MG). O georreferenciamento será utilizado, posteriormente, para a elaboração de material cartográfico sobre a comunidade, seu entorno imediato e suas relações espaciais com os demais efeitos adversos ocorridos ao longo do rio Doce.



EM BRANCO